

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Fronteira entre o passado, o presente e o futuro: democracia e espaço na tese de Frederick  
Jackson Turner (1893-1932)

Lívia Amarante Gallo  
Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre  
2016

Lívia Amarante Gallo

Fronteira entre o passado, o presente e o futuro: democracia e espaço na tese de Frederick  
Jackson Turner (1893-1932)

Monografia apresentada ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciando  
em História

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre

2016



Lívia Amarante Gallo

Fronteira entre o passado, o presente e o futuro: democracia e espaço na tese de Frederick  
Jackson Turner (1893-1932)

Monografia apresentada ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciando  
em História

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (Orientador)

---

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Renata Dal Sasso

Porto Alegre

2016

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, fora Temer golpista.

“Segundamente”, aos agradecimentos:

Como todos os agradecimentos de trabalhos de conclusão, inicio falando que sem a ajuda de algumas pessoas este trabalho não teria sido possível, ou teria sido muito mais doloroso. Não agradeço aos que estiveram comigo somente pela ajuda na escrita da monografia, mas principalmente por terem feito destes semestres de graduação muito mais significativos. Por isso gastarei bastante tinta agradecendo, não só pela importância que essas pessoas tiveram durante a graduação, mas também por perceber que este é o melhor momento da escrita do TCC.

Começo com o professor Cesar Guazzelli, de quem fui bolsista de Iniciação Científica desde o primeiro ano de graduação. Sou muito grata por toda a ajuda nas horas de desespero e por todo o carinho que sempre teve com o seu contingente de “mão-de-obra bolsística”, mas principalmente pelas melhores conversas sobre Harry Potter no “Chics”.

Agradeço aos professores Renata Dal Sasso e Arthur Avila por aceitarem fazer parte da banca, e ao Arthur, com quem tive a primeira aproximação com história dos Estados Unidos, ainda no primeiro ano de graduação, também agradeço pelas tantas vezes que me ajudou indicando bibliografia e dando sugestões para a pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que desde o início da graduação estiveram ao meu lado e que foram de essencial importância neste semestre caótico de escrita do TCC. Agradeço, primeiramente, ao Tiago Medeiros, com quem dividi nestes últimos anos muitos cafés, chocolates, livros do Caio F., uma turma de Ensino Médio e uma conta no Netflix. Quando penso nele, percebo que o tempo da graduação foi muito bom. À Amanda Rocha, com quem também dividi muitos cafés e “mimimis”, por ela ser uma ótima “analista de conjuntura” da vida de seus amigos, o que a torna uma das melhores conselheiras que rondam por ai. Agradeço à Debora Salvi, por ser a pessoa mais naturalmente engraçada que já passou pelo curso de História, e por isso deixa tudo mais leve; à Laura Viola e à Barbara Buffon, que têm sido grandes amigas; à Marina Zimmer e ao Rafael Levandovski, colegas na área de

Estados Unidos, e que por isso sempre ajudaram muito nos momentos de dúvida sobre para qual lado ir.

Sou muito grata aos meus alunos e ex-alunos do Projeto Educacional Alternativa Cidadã, que me ajudaram a tomar um rumo na vida e finalmente me aceitar professora e me descobrir militante por uma Universidade mais plural e democrática. Agradeço aos colegas professores do coletivo de professores de História, aos das outras disciplinas, e ao coordenador do projeto, José Humberto, por me mostrarem que a educação é muito mais do que a sala de aula, e que para a existência de um projeto de educação popular é preciso ter, para além da organização, muito amor pelos alunos e fé no que se está fazendo.

Agradeço principalmente à minha mãe, Maria Olenka, que mesmo estando a 400km de distância e me matando de saudades durante todo o semestre, é certamente a pessoa que mais está empolgada com o fim desta etapa. Agradeço por ter me mostrar o caminho da luta desde cedo, e mesmo sabendo na pele o quão difícil é ser professora, sempre acreditou na docência e quis que eu também seguisse este caminho; e ao meu pai, Lívio Gallo, pessoa com quem eu divido o nome, e que no início não ficou muito empolgado quando eu disse que seria professora, mas sempre apoiou a minha decisão e fez o possível para me ajudar nessa vida de estudante que mora em outra cidade.

Por fim, agradeço ao meu companheiro, Mathias Scherer, por todos os cafés feitos para me ajudar a estudar, por ser o cozinheiro da casa, por nunca ter perdido a paciência comigo nos momentos de desespero da jornada TCC, mas, além de tudo, por todo carinho e amor nesses anos de companheirismo.

## SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. Formação do Estado-nacional estadunidense.....	15
1.1.O Estado-nacional como uma invenção burguesa.....	16
1.2.Construção e consolidação do Estado-nacional estadunidense.....	19
1.3.Construção de uma identidade nacional estadunidense.....	26
2. <i>Frontier thesis</i> e a ideia de democracia em Turner.....	31
2.1.A <i>frontier thesis</i> .....	32
2.2.Democracia na <i>frontier thesis</i> .....	35
3. Um Passado Prático.....	44
3.1.A concepção de história de Turner.....	45
3.2. Apontamentos para o futuro.....	51
3.2.1. Contínua expansão.....	54
3.2.2. Manutenção pelos capitalistas.....	57
3.2.3. Manutenção pelas universidades estaduais.....	59
Considerações finais.....	62
Bibliografia.....	65

## INTRODUÇÃO

Em um ensaio sobre Teoria da História escrito por Frederick Jackson Turner, intitulado *The Significance of History*, o historiador que ficaria nacionalmente conhecido pela sua *frontier thesis* – modelo explicativo da história dos Estados Unidos centrado na experiência da fronteira –, afirmava que cada era escreve a história de acordo com as suas condições, e sendo assim, a escrita da história seria uma biografia de seu próprio tempo.

O historiador desenvolveu sua tese nas últimas décadas do século XIX e início dos XX, momento em que o projeto de formação de um Estado-nacional estadunidense estava sendo consolidado, e os Estados Unidos se colocavam internacionalmente como uma potência mundial. A formação do Estado-nacional americano foi um projeto burguês que surgiu logo após a Independência dos Estados Unidos, e estava inserido em um contexto maior de formações desses Estados por burguesias nacionais interessadas no desenvolvimento do capitalismo de seus países. Mesmo o projeto tendo surgido ainda no século XVIII, a sua consolidação nos Estados Unidos levaria mais de cem anos para ocorrer, só ocorrendo após a Guerra Civil e período de Reconstrução, momento em que é possível falar na existência de uma unidade de modelo político e econômico no país.

Neste momento também ocorria a profissionalização da escrita da história, tanto em países europeus quanto na América. Não é coincidência que a elevação da história ao status de ciência tenha ocorrido no mesmo momento de formação dos Estados-nacionais, isso porque a disciplina histórica auxiliaria na construção de um passado único para a nação, assim como das identidades nacionais. Diferentemente do que ocorreu na Europa, no Estados Unidos não houve historiadores “oficiais” encarregados de escrever uma história oficial para a Nação, mas mesmo assim, esse contexto se fará presente na obra de Turner, que de certa forma acabará auxiliando no projeto de formação da Nação e de uma identidade nacional americana.

\*\*\*

Frederick Jackson Turner nasceu em Portage, Wisconsin, no ano de 1861. Formou-se em História pela University of Wisconsin, em 1884 e defendeu sua tese em 1891 pela Johns Hopkins University, intitulada *The Character and Influence of Indian Trade in Wisconsin*. O historiador foi professor em duas universidades, de 1890 a 1910 em Wisconsin, universidade onde havia se formado, e de 1910 a 1922 em Harvard. Após sair de Harvard, trabalhou na



Huntington Library, na Califórnia, para ficar perto de fontes que se encontravam na biblioteca. Turner morreu em 1932, por conta de um ataque cardíaco, mas deixando uma obra que influenciaria centenas de historiadores ao longo de todo o século XX.

A *frontier thesis* de Turner foi apresentada ao público acadêmico em 1893, em um encontro da *American Historical Association*, em Chicago, mas só seria largamente aceita nos Estados Unidos no final da mesma década. Sua tese é um modelo explicativo da história estadunidense onde a fronteira tem um papel central, tendo sido a história da conquista do Oeste, em grande parte, a *própria* história dos Estados Unidos,<sup>1</sup> uma vez que é ela quem torna o homem do Leste um estadunidense. Turner define fronteira como espaço onde o mundo selvagem e a civilização se encontram,<sup>2</sup> e é por excelência o espaço de americanização de homens e mulheres vindos do Leste.

Os fronteirões saem do Leste como europeus nos costumes e modos de pensar, e ao depararem-se com a *wilderness*, eles começam a adquirir costumes dos indígenas, como vestimenta, a forma de construir suas casas e alimentação, a mistura de seu passado europeu com a vivência na fronteira o transforma,<sup>3</sup> da junção de dois elementos opostos, selvageria e civilização, surge algo diferente e superior: o americano.

Além da americanização dos fronteirões, a fronteira também era responsável pela principal instituição estadunidense, a democracia. Turner percebia a fronteira Oeste como uma válvula de escape para os problemas do Leste. Ela produzia o individualismo, que fomentava a democracia, assim como a igualdade de condições entre os fronteirões, que impedia a formação de uma oligarquia fundiária.<sup>4</sup> A democracia surge e é preservada pelo avanço da fronteira, uma vez que por gerações sempre houve uma linha de fronteira nos Estados Unidos para preservar os ideais democráticos no país. Mas Turner escreveu em um momento em que não havia mais essa linha de fronteira para a preservação da democracia, fazendo-se necessário pensar outras formas para a manutenção da instituição.

Um dos caminhos apontados por Turner seria pela contínua da expansão, mas agora pela aquisição de territórios além-mar. “Ao constatar a expansão como o elemento fundamental da experiência histórica dos Estados Unidos, Turner deixou o caminho livre para que o imperialismo adquira os contornos de um messianismo democrático, onde a missão da

---

<sup>1</sup>TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. In: The Frontier in American History. New York, Henry Holt and Company, 1921 p.11

<sup>2</sup> Idem, ibidem. p. 11

<sup>3</sup> Idem. Ibidem. p. 11-12

<sup>4</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p. 48

América é guiar os outros povos à luz da civilização e progresso.”<sup>5</sup> Essa ideia de missão é anterior a Turner e estava vinculada à Providência Divina, Turner a utilizará, mas de uma forma secularizada, e apresentada com uma linguagem científica.

Assim como diversos outros historiadores estadunidenses que viveram no mesmo período, Turner é considerado um historiador progressista, isto porque creditava que a história possibilita o entendimento do presente, assim como tem uma utilidade prática. Sobre os historiadores progressistas, Richard Hofstadter afirmou que “*intentaron encontrar un pasado utilizable, que se relacionara con las necesidades amplísimas de una nación lanzada por completo a su propia industrialización, y hacer que la historia constituyera un instrumento para el propio reconocimiento y mejoría*”.<sup>6</sup>

A partir do momento em que Turner reconhece que não há mais terras livres, a questão passa a ser: o que fazer agora que não há mais fronteira? De acordo com Arthur Lima de Avila “É nesse momento que os marcos turnerianos deixam de ser somente uma interpretação histórica para se tornarem um comentário político sobre a situação dos Estados Unidos da aurora do século XX, fornecendo apontamentos para o futuro nacional”.<sup>7</sup>

“[...] seu reformismo brando exerceu um papel efetivo na conformação de sua concepção de história, principalmente no que diz respeito ao presentismo. [...] Para ele, o presentismo era o ato de moldar as preocupações investigativas do historiador de acordo com as necessidades evocadas pelo contexto em que ele está inserido. No caso norte-americano de fins do século XIX, tratava-se de explicar o surgimento do capitalismo industrial e de avaliar suas consequências para o país, a partir das forças sociais que o geraram.”<sup>8</sup>

A partir dos aspectos supracitados, pensado Turner como um historiador que buscava uma utilização prática para o passado, o problema que a pesquisa buscará responder se desdobra em duas perguntas que estão intimamente relacionadas: Qual ideia de democracia está presente na *frontier thesis* de Turner? E, além disso, pensado Turner como um historiador que busca uma utilidade prática para o passado, quais são seus apontamentos para o futuro a partir da constatação do fim da fronteira?

Na monografia, Turner será pensado como um historiador estadunidense que elaborou uma explicação para o desenvolvimento histórico de seu país, mas que, além disso, pensava o

<sup>5</sup> Idem. Ibidem. p.127

<sup>6</sup> HOFSTADTER, Richard. Los historiadores Progresistas. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970. p. 15.

<sup>7</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. p. 125

<sup>8</sup> Idem. Ibidem. p. 57

passado como forma de explicar e agir no presente, sendo central para a pesquisa o conceito de “passado prático” de Hayden White, que foi desenvolvido em um artigo que leva o mesmo título. Sobre a definição do conceito, White afirma que

*“it refers to those notions of “the past” which all of us carry around with us in our daily lives and which we draw upon, willy- nilly and as best we can, for information, ideas, models, formulas, and strategies for solving all the practical problems— from personal affairs to grand political programs— met with in whatever we conceive to be our present “situation.” We draw upon this past without much self- consciousness when it comes to practical matters, such as recalling how to start the car, how to do long division, how to cook an omelette, and so on. But this practical past is also the past of repressed memory, dream, and desire as much as it is of problem- solving, strategy, and tactics of living, both personal and communal.”*<sup>9</sup>

É preciso ter certo cuidado ao utilizar o conceito de “passado prático” de White, porque o historiador faz divisão muito firme entre “passado prático” e o que chamou de “passado histórico”, que é o construído pelos historiadores profissionais nas Academias e tem um fim em si mesmo, possuindo pouco ou nenhum valor para explicar o presente ou atuar sobre ele.<sup>10</sup> As duas formas de passado são separadas no século XIX, com a profissionalização da história. Mas essa divisão não se aplica a todos os historiadores profissionais, como os “progressistas”, que se relacionaram com o passado tanto de uma forma “histórica” quanto “prática”, e Turner é exemplo disso por também estar preocupado com questões do presente, como a manutenção da democracia.

Por percebermos como importante o contexto para a escrita da tese de Turner, além de “passado prático”, utilizaremos os conceitos de “nação” e “nacionalismo” presentes nos trabalhos de Eric Hobsbawm e Ernest Gellner sobre o tema. Como mencionado acima, Turner não foi um historiador “oficial” da Nação responsável por escrever a sua história, mas de certa forma acabou corroborando na criação de um passado comum aos americanos – na *frontier thesis* todos um dia foram pioneiros –, ponto essencial para a que exista uma identificação do povo com a sua nação.<sup>11</sup> Sua narrativa também vai ao encontro do projeto nacional de expansão além-mar em um momento em que os Estados Unidos se colocavam internacionalmente como uma potência mundial, já que expansão foi uma das formas pelas quais Turner acreditava que os ideais democráticos permaneceriam vivos.

\*\*\*

<sup>9</sup> WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston, Northwestern University Press, 2014. p. 9

<sup>10</sup> Idem. *Ibidem*. p.9

<sup>11</sup> THIESSE, Anne-Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais*. In: *Revista Anos 90*, n. 15, 2001/2002, Porto Alegre. p.8-9

No meio acadêmico é amplamente reconhecida a importância de Frederick Jackson Turner para a história profissional dos Estados Unidos. O historiador, pela primeira vez nos EUA, pensou a história do país a partir do próprio país, e não como continuação das instituições europeias. Além disso, abandonou a interpretação essencialmente política da história, com ênfase nos grandes homens, para escrever uma história valorizando outros aspectos da sociedade, além de valorizar os homens e as mulheres comuns como os agentes da história americana, uma vez que eram eles os fronteirões que rumavam em direção ao Oeste. Apesar de sua grande importância para a historiografia estadunidense e para a valorização desses aspectos antes ignorados por outros historiadores, Turner foi muito pouco estudado no Brasil.

Mesmo tendo sua obra muito estudada nos Estados Unidos, um ponto central da tese de Turner, que é a democracia, foi analisada superficialmente pelos historiadores que se propuseram a estudar a *frontier thesis*, dificultando bastante a escrita desta monografia, cujo objetivo central é justamente perceber o que Turner entendia por democracia – questão difícil de responder, uma vez que Turner não a define de forma “fechada” –, e como achava que ela se manteria viva após o fim da fronteira. Por falta de bibliografia, a busca por essa definição foi feita principalmente através de análise detalhada dos principais artigos escritos por Turner, onde se tentou perceber como “democracia” aparecia nos ensaios e ao lado de quais outras palavras, traçando-se uma cadeia de equivalência entre elas. O mesmo ocorreu com os “apontamentos para o futuro”, que também aparecem de forma esparsa em trabalhos sobre o historiador, sem termos encontrado uma pesquisa específica sobre o tema.

A ausência de trabalhos sobre “democracia” na obra de Turner e sobre suas ideias para o futuro, assim como Turner ter sido pouco estudado no Brasil, apesar de sua grande importância para a historiografia estadunidense, são os motivos que justificam a escolha do tema para a escrita da monografia.

Dentre os historiadores brasileiros que trabalharam com a obra de Turner estão Arthur Lima de Avila, que escreveu uma dissertação onde analisa a *frontier thesis*, *E da Fronteira veio um pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)* e traduziu um dos ensaios de Turner, *O Significado da História*. Além de Avila, Paulo Knauss, que traduziu quatro ensaios de Turner: *O Significado da Fronteira na História Americana*, *O Problema do Oeste*, *Contribuições do Oeste Para a Democracia Americana* e *O Significado da Seção na História Americana*; e Gerson Moura, que escreveu um pequeno livro sobre historiografia estadunidense onde fala brevemente sobre Turner.

Em *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*,<sup>12</sup> Avila faz uma análise da *frontier thesis* e defende que ela foi construída à partir de elementos já presentes na cultura estadunidense, como o Mito da Fronteira e o Destino Manifesto (uma parte importante do Mito da Fronteira). Esses elementos foram inseridos em sua tese, mas com uma linguagem científica do século XIX. Avila traça a trajetória acadêmica de Turner, valorizando o lugar de escrita do historiador como tendo sido essencial para a sua produção, assim como suas relações. O trabalho de Avila contribuirá para a monografia justamente por essa análise da trajetória de Turner, mas também porque o autor valorizou em sua dissertação os apontamentos que Turner fez para o futuro dos Estados Unidos.

Paulo Knauss, professor da UFF, organizou um livro com a tradução dos quatro principais ensaios de Turner, *Oeste Americano, quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Na apresentação do livro, Knauss destaca a importância da obra de Turner para a interpretação da democracia americana, isso porque “a obra de Turner tornou-se um marco na construção da ideologia da democracia americana”.<sup>13</sup>

O livro de Gerson Moura sobre historiografia nos Estados Unidos, *História de uma História*<sup>14</sup>, inicia antes mesmo da profissionalização da disciplina histórica nos Estados Unidos. Sobre Turner, Moura destaca sua ruptura com a *germ theory*, corrente que interpretava a história dos Estados Unidos e suas instituições como sendo uma continuidade das instituições europeias e o coloca dentre os historiadores progressistas.

\*\*\*

Para o desenvolvimento da pesquisa serão utilizados como fontes primárias os principais ensaios publicados por Turner, assim como ensaios em que o historiador se dispõe a pensar especificamente a democracia estadunidense e em que pensa alternativas para a manutenção da democracia. Estes foram: *The Significance of History*, *The Significance of the Frontier in American History*, *Contributions of the West to American Democracy*, *The Problem of the West* e *Pioneer Ideals and State University*.

A monografia foi dividida em três capítulos principais:

<sup>12</sup> AVILA, Arthur Lima. *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit.

<sup>13</sup> KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste Americano*. Niterói: EdUFF, 2004. p. 10

<sup>14</sup> MOURA, Gerson. *História de uma História*. São Paulo: Edusp, 1994.

No primeiro capítulo buscamos tratar do contexto em que a *frontier thesis* foi escrita. Ele está dividido em três partes: na primeira tratamos do surgimento dos Estados-nacionais como um projeto das burguesias para o desenvolvimento do capitalismo em seus países; no segundo buscamos demonstrar como ocorreu o processo de consolidação do Estado-nacional nos Estados Unidos; e no último tratamos da construção de uma identidade nacional americana.

No segundo capítulos apresentamos a *frontier thesis*. Ele está dividido em dois tópicos: no primeiro apresentamos a *frontier thesis* de Turner, destacando sua originalidade dentro da Academia por pensar a história dos Estados Unidos e de suas instituições como produto da experiência da fronteira, e não mais como desenvolvimento de raízes europeias na América; e no segundo fazemos uma análise das fontes primárias buscando definir o que Turner entendia por “democracia”, uma vez que é uma questão central na *frontier thesis* e o historiador não a definiu de forma precisa.

O terceiro capítulo também está dividido em duas partes. Na primeira tratamos dos aspectos teóricos da obra de Turner; e na segunda, tentamos demonstrar as formas pelas quais Turner pensou que os ideais democráticos dos pioneiros permaneceriam vivos após o fim das terras livres, destacando três: a contínua expansão, através dos capitães da indústria criados sob esses ideais e através das universidades estaduais.

## 1. FORMAÇÃO DO ESTADO-NACIONAL ESTADUNIDENSE

Nas últimas décadas do século XIX, após quase um século de esforço da elite burguesa do Norte dos Estados Unidos, o Estado-nacional estadunidense estava finalmente consolidado, e apesar das grandes diferenças sociais existentes entre as diversas regiões, era possível pensar nos Estados Unidos como uma Nação moderna. É neste momento de consolidação da nação que os Estados Unidos se colocam internacionalmente com uma potência mundial, e iniciam sua expansão além-mar. Frederick Jackson Turner desenvolveu sua *frontier thesis* neste contexto histórico, e sendo assim, a escrita da sua obra foi influenciada por ele.

Turner não foi um “historiador oficial” como os existentes em alguns países europeus no mesmo contexto, cuja função era escrever uma história oficial da Nação, mas, mesmo assim, sua obra ajudou a forjar uma identidade comum aos americanos, uma vez que dava a todos um passado comum, o de pioneiro. Como veremos adiante, a existência de um passado comum é um dos pressupostos fundamentais para a existência de uma identidade nacional. Além disso, estava presente no consciente coletivo dos americanos uma ideia que também era formadora de identidade, a de que a excepcionalidade de seu país era resultado da existência de terras livres para a conquista. A *frontier thesis* é escrita neste sentido, e a partir da ideia de que é na fronteira que surge o americano e a sua democracia única, Turner ajuda a legitimar essa visão a partir de sua narrativa científica, além de fazer coro à preocupação com o futuro do país após o fim da fronteira.

Por perceber a importância deste contexto para a escrita da *frontier thesis*, houve uma opção por iniciar a monografia com uma análise teórica sobre a nação e a formação do Estado-nacional, pensando mais especificamente o caso estadunidense.

### 1.1. O Estado-nacional como uma invenção burguesa

A nação, como conhecemos hoje, não existe desde sempre, ela surge em momentos históricos particulares e em locais específicos, não podendo ser entendida como um modelo natural existente desde tempos imemoráveis. Ernest Gellner, em seu livro *Nations and Nationalism*, define os dois conceitos presentes no título de sua obra, conceitos que serão importantes para entendermos a formação do Estado-nacional nos Estados Unidos.

Para Gellner, é importante partir do Estado para entendermos a nação e o nacionalismo, isso porque o nacionalismo só emerge em casos em que a existência de um Estado já é uma questão definida.<sup>15</sup> Partindo da definição de Max Weber, o Estado pressupõe o monopólio da violência legítima, mas para Gellner, essa definição se aplica mais especificamente às sociedades modernas, uma vez que há Estados que não possuem esse monopólio, e que nem por isso deixam de sê-los.<sup>16</sup> Mesmo fazendo essa ressalva, para Gellner, a definição de Weber é válida por sua acepção de Estado ocidental plenamente centralizado.<sup>17</sup> Não se pode falar de Estado onde não há uma divisão social do trabalho, isso porque ele próprio é “*la especialización y concentración del mantenimiento del orden*”<sup>18</sup>. A humanidade passa por três etapas fundamentais ao longo de sua história: a pré agrária, a agrária e a industrial, dessas três fases, a única em que o Estado é imprescindível é a industrial (na fase agrária geralmente houve formação de Estado, mas ela era mais uma opção), porque uma sociedade industrial é muito mais complexa e por isso tem uma grande divisão social do trabalho, “*así pues, cuando no hay estado, no surge el problema del nacionalismo. Ello no quiere decir que surja en todos y cada uno de los estados. Por el contrario, sólo lo hace en algunos*”.<sup>19</sup>

Tanto os Estados quanto as nações são contingências que surgiram em momentos diferentes e independentes um do outro. Na maior parte dos casos, o Estado surgiu sem a ajuda da nação, e houve nações que surgiram sem ter ainda um Estado próprio, mas a noção corrente de nação pressupõe a existência prévia de um Estado.<sup>20</sup>

Gellner apresenta duas definições para nação, uma cultural e outra voluntarista, e as trata como provisórias, mas mesmo assim importantes para entender o nacionalismo: 1)

<sup>15</sup> GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Madrid, Alianza Universidad, 2001. p.17

<sup>16</sup> Idem. *Ibidem*. p.16

<sup>17</sup> Idem. *Ibidem*. p.16

<sup>18</sup> Idem. *Ibidem*. p.16

<sup>19</sup> Idem. *Ibidem*. p.18

<sup>20</sup> Idem. *Ibidem*. p.19-20



quando seus habitantes possuem uma mesma cultura; 2) é o que “faz” o homem porque é o que constrói as convicções, fidelidades e solidariedades entre os seus membros, “*una simple categoría de individuos [...] llegan a ser una nación si y cuando los miembros de la categoría se reconocen mutua y firmemente ciertos deberes y derechos en virtud de su común calidad de miembros.*”<sup>21</sup> É esse reconhecimento mútuo que os converte em nação.

Já o nacionalismo “*es un principio político que sostiene que debe haber congruencia entre la unidad nacional y la política*”.<sup>22</sup> O nacionalismo aparece tanto como movimento quanto como sentimento. O sentimento nacionalista é o estado de raiva desencadeado pela violação do princípio nacionalista, e o movimento trabalha impulsionado por esse sentimento.<sup>23</sup> A violação desse princípio pode ocorrer de várias maneiras: porque os limites políticos de um país não incluem todas as pessoas que pertençam a essa nacionalidade; ou o contrário, que os limites políticos englobem mais de uma nacionalidade; mas a principal forma é o governante não possuir a mesma nacionalidade que seus governados,

*“Para decirlo en pocas palabras, el nacionalismo es una teoría de legitimidad política que prescribe que los límites étnicos no deben contraponerse a los políticos, y especialmente —posibilidad ya formalmente excluida por el principio en su formulación general— que no deben distinguir a los detentadores del poder del resto dentro de un estado dado.”<sup>24</sup>*

Definidos estes conceitos centrais, podemos entender o desenvolvimento das nações e nacionalismos a partir da obra de Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism Since 1780*, onde o autor entende esses fenômenos como sendo um projeto burguês para o desenvolvimento do capitalismo de um país.

De acordo com Hobsbawm, esse desenvolvimento passa basicamente por três fases: uma puramente cultural, literária e folclórica, sem implicações políticas particulares ou nacionais; uma segunda que é de campanhas políticas em prol da nação feitas por militantes dessas ideias; e terceira, que é quando os programas nacionais adquirem sustentação de massa.<sup>25</sup> Sendo assim, as nações são fenômenos duais, “construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em

---

<sup>21</sup> Idem. Ibidem. p.20

<sup>22</sup> Idem. Ibidem. p.13

<sup>23</sup> Idem. Ibidem. p.13

<sup>24</sup> Idem. Ibidem. p.14

<sup>25</sup> HOBBSAWM. Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2008. p.21

termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”.<sup>26</sup>

Para Hobsbawm, é evidente que no período clássico do liberalismo do livre-comércio o papel das economias definidas por fronteiras estatais era grande, e por isso não é uma coincidência o fato desse período ter coincidido com a formação das nações.<sup>27</sup> O capitalismo foi criado como sistema global na Europa, e não em outro lugar, precisamente por causa de seu pluralismo político.<sup>28</sup>

“O desenvolvimento econômico nos séculos XVI e XVIII foi feito com base em Estados territoriais, cada um dos quais tendia a perseguir políticas mercantilistas como um todo unificado. De modo mais óbvio ainda, quando falamos de capitalismo mundial, no século XIX e começo do XX, falamos das suas unidades nacionais componentes no mundo desenvolvido – da indústria britânica, da economia americana, do capitalismo alemão diferente do capitalismo francês e assim por diante. Durante o longo período que vai do século XVIII aos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, parece não haver espaço e lugar na economia global para aquelas unidades genuinamente extraterritoriais, transnacionais ou intersticiais que desempenharam um papel tão grande na gênese da economia capitalista mundial e que são, hoje, novamente tão proeminentes: por exemplo, mini-Estados independentes cuja significância econômica está fora de proporção ao seu tamanho e recursos [...]”<sup>29</sup>

Os economistas políticos do século XIX reconheciam o significado econômico das nações apenas na prática, e não na teoria.<sup>30</sup> A economia política clássica, em especial Adam Smith,

“foi formulada como uma crítica do ‘sistema mercantil’, ou seja, precisamente o sistema no qual os governos trataram as economias nacionais como conjuntos a serem desenvolvidos pelos esforços e políticas estatais. O livre-comércio e o livre-mercado se dirigiam precisamente contra esse conceito de desenvolvimento econômico nacional, que Smith acreditava ter demonstrado ser contraprodutivo. A teoria econômica foi então elaborada unicamente na base de unidades individuais de empresa – firmas ou pessoas- racionalmente maximizando seus ganhos e minimizando suas perdas em um mercado que não tinha extensão espacial específica.”<sup>31</sup>

Mas, mesmo assim, até o economista político mais ortodoxo não tinha como dispensar o conceito de economia nacional, uma vez que não era possível negar os benefícios do Estado-nação para a economia, como o monopólio da moeda, as finanças públicas, políticas fiscais, assim como a garantia que o Estado dava de segurança da propriedade e dos contratos. Além

---

<sup>26</sup> Idem. Ibidem. p.20

<sup>27</sup> Idem. Ibidem. p.37

<sup>28</sup> Idem. Ibidem. p.37

<sup>29</sup> Idem. Ibidem. p.37-38

<sup>30</sup> Idem. Ibidem. p.38

<sup>31</sup> Idem. Ibidem. p.38

disso, essa fragmentação da humanidade em nações é o que desenvolve o princípio de competitividade econômica.<sup>32</sup>

Essa teoria econômica clássica, principalmente a *smithiana*, não era tão seguida nos países que buscavam um desenvolvimento econômico nacional contra a superioridade econômica da Inglaterra. Para estes homens, a nação era percebida como uma forma de fomentar e proteger a economia nacional,<sup>33</sup> o que nos permite entender a importância da formação de um Estado-nacional para o capitalismo de livre-comércio, visto como um meio de proteger o desenvolvimento da economia nacional contra o de outras nações.

Nos Estados Unidos não foi diferente, uma vez que a construção do Estado-nacional seguiu pelos interesses da burguesia, mas a sua construção foi lenta, iniciou após a independência das Treze Colônias de sua metrópole inglesa, em 1776, e só se consolidou de fato mais de cem anos depois, após a Guerra de Secessão e o período da Reconstrução, quando haverá uma unidade de modelo político e econômico nos Estados Unidos.<sup>34</sup>

## 1.2. Construção e consolidação do Estado-nacional estadunidense

Após a declaração de independência das Treze Colônias e da guerra contra a Inglaterra, inicia-se um debate sobre a construção do novo país. Como bem pontua Mary Anne Junqueira em *Estados Unidos: a consolidação da nação*, as Treze Colônias eram entidades separadas, que após a Independência tornaram-se estados, mas que deveriam unir-se sob um projeto comum.<sup>35</sup> Líderes locais, que já haviam projetado a independência, foram os responsáveis por pensar este Estado-nacional.

Nos primeiros anos após a libertação com relação à Inglaterra (de 1776 a 1789), o novo país organizou-se em uma Confederação, “[havia] uma instância que deveria reunir e analisar as vontades e interesses dos 13 estados. Tal instância era chamada de Congresso Continental, o qual tomava decisões baseadas num conjunto de normas chamado de Artigos da Confederação”.<sup>36</sup> Não havia um poder central forte que organizasse aspectos importantes da vida nacional, como possuir uma moeda única, um exército próprio e regulamentação da economia, isso porque alguns estados eram contra a centralização por medo de ser instaurada

<sup>32</sup> Idem. Ibidem. p.40

<sup>33</sup> Idem. Ibidem. p.41

<sup>34</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos da América – Formação do Estado Nacional. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/eua-formacao-apresentacao>. Acesso em: 08/05/2016

<sup>35</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. p.20

<sup>36</sup> Idem. Ibidem. p.21

no novo país uma espécie de monarquia. Sendo assim, a Confederação parecia mais uma aliança internacional do que um sistema federal, pois cada estado se definia como uma entidade soberana.<sup>37</sup> O Congresso Continental não tinha força para fazer com que os estados cumprissem os tratados e pagassem as taxas e impostos, assim como de estabelecer vínculos comerciais, e a criação de um Estado-nacional surgiu como a solução para esses problemas, já que haveria a centralização do poder em um Executivo, com um Congresso forte, ambos baseados em uma Constituição.<sup>38</sup> “Aqueles dez anos foram de debates acirrados nos Estados Unidos, e o principal foco era a forma que o país assumiria. Alguns homens descontentes com os rumos da Confederação propuseram o encaminhamento de uma Convenção para discutir o assunto: o objetivo era pensar saídas para as fragilidades políticas da fragmentação”<sup>39</sup>

Esses homens que se encarregaram de “pensar” a Nação se reuniram na Filadélfia e lá ficaram por um período de quatro meses, de 25 de maio a 17 de setembro de 1787. O resultado do encontro foi um documento que propunha que o país deixasse de ser uma Confederação para se tornar uma Federação,<sup>40</sup> “na qual algumas instâncias, como a política econômica, a política externa e o controle das Forças Armadas fossem transferidas dos estados para um centro superior de decisão política, o Estado Nacional”.<sup>41</sup> Esse texto, acrescido de algumas emendas, ainda hoje é a Constituição dos Estados Unidos. A Constituição deveria ser aprovada pelos estados, e o meio encontrado pelos defensores do sistema federativo para cooptar as suas lideranças foi através dos jornais. Artigos foram publicados em jornais de Nova York entre 1787 e 1788 por Alexander Hamilton, John Jay e James Madison. Esses textos foram reunidos e ficaram conhecidos como *O Federalista*,<sup>42</sup> onde defendiam uma República representativa, com divisão de poderes entre Executivo,

<sup>37</sup> JENKINS, Philip. Breve historia de Estados Unidos. Madrid, Alianza Editorial, 2010. p.81-82

<sup>38</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.22

<sup>39</sup> Idem. Ibidem. p.22

<sup>40</sup> Sobre as diferenças entre Federação e Confederação, Cristina Allegretti afirma que “Enquanto a Federação [...] é uma união de diversas partes dotadas de certa autonomia, estando sob uma administração única, a Confederação constitui uma associação de Estados soberanos dotados de completa autonomia. A Confederação pode, assim, ser designada como uma liga entre diversos Estados autônomos, estando aberta à entrada de novos Estados que queiram confederar-se àquela união, mantendo sua autonomia, e aceitando que Estados possuam o direito de separarem-se da Liga. Na Federação, as diversas partes devem estar sob a mesma constituição e as mesmas leis, enquanto que na Confederação as regiões podem vir a adotar a mesma Constituição.” ALLEGRETTI, Cristina. Os conceitos de Federação e Confederação na Revolução Farroupilha (1835-1845). Monografia de Conclusão de Curso defendida na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. p.5-6. Ver também CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (Coordenador). Federalismos latino-americanos: México/Brasil/Argentina. México: FCE, 1993, p. 81-132.

<sup>41</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.24

<sup>42</sup> HAMILTON, Alexander, MADISON, James e JAY, John. O Federalista. Rio de Janeiro, Editora Nacional de Direito, 1959.

Legislativo e Judiciário.<sup>43</sup> Já os opositores deste projeto eram os anti-federalistas. Estes defendiam a Confederação com o argumento de que, com um governo central forte, as características do período monárquico voltariam, “estes homens estavam convictos de que um governo centralizado significaria aumento de impostos sobre as terras e outras propriedades”.<sup>44</sup>

Após muito debate, a Constituição foi ratificada em onze estados e, portanto, foi aprovada pela maioria em setembro de 1788, ficando estabelecido um governo presidencialista, onde o presidente seria escolhido através do voto censitário (o que excluía a maior parte dos norte-americanos).

“No entanto, a forte oposição dos anti-federalistas fez com que os federalistas incluíssem a primeira emenda à Constituição, a fim de conseguir a aprovação do documento, a famosa *Bill of Rights*, que garantia alguns direitos civis: liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de imprensa, liberdade de fé religiosa e propunha a separação incondicional da Igreja e do Estado.”<sup>45</sup>

Esse projeto Federalista que foi sancionado pelos estados através da Constituição evidencia os interesses burgueses na formação de um Estado-nacional americano para proteger a economia nacional, mas mesmo assim representa um meio termo entre os dois modelos, já que unia todos os estados sob uma mesma Constituição, ao mesmo tempo em que mantinha grande parte da autonomia política dos estados.<sup>46</sup>

Hobsbawm afirma que um dos principais defensores desse modelo, Alexander Hamilton, defendia uma maior centralização por vincular Nação, Estado e economia:<sup>47</sup>

“A lista de ‘grandes medidas nacionais’ feita pelo autor do verbete ‘nação’ em uma obra posterior de referência americana é exclusivamente econômica: a fundação de um banco nacional, a responsabilidade nacional, para débitos estatais, a criação de um débito nacional, a proteção de manufaturas nacionais através de altas tarifas e taxações compulsórias. Pode ser que, como sugere esse admirável autor, todas as medidas ‘intencionavam desenvolver o germe da nacionalidade’; ou pode ser que, no caso de outros federalistas que pouco falavam em nação e muito mais de economia, ele sentisse que a nação tomaria conta do desenvolvimento econômico: mas em qualquer caso, a nação implicava uma economia nacional e sua sistemática promoção pelo Estado, o que, no século XIX, significava protonacionalismo.”<sup>48</sup>

<sup>43</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos da América – Formação do Estado Nacional. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/eua-formacao-apresentacao>. op. cit. Acesso em: 08/05/2016

<sup>44</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.25

<sup>45</sup> Idem. Ibidem. p.27

<sup>46</sup> ALLEGRETTI, Cristina. Os conceitos de Federação e Confederação na Revolução Farroupilha (1835-1845). Monografia de Conclusão de Curso defendida na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. op. cit. p.8.

<sup>47</sup> HOBBSAWM. Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2008. op. cit. p.41

<sup>48</sup> Idem. Ibidem. p.41

Mas, mesmo com a aprovação de uma Constituição ratificada por todos os estados, o processo de criação do Estado-nacional estadunidense ainda estava no princípio, uma vez que o país estava dividido em dois modelos econômicos bastante distintos: o Norte com suas manufaturas e utilização da força de trabalho eminentemente livre, e o Sul com suas *plantations* e utilização em larga escala da força de trabalho escravizada. Além disso, mesmo com a união de todos os estados sob uma mesma constituição, eles ainda tinham uma enorme autonomia em sua gestão, chegando a possuir constituições próprias. Tal projeto nacional só estará mais ou menos consolidado no final do século XIX, após a Guerra de Secessão e a Reconstrução do Sul, quando o projeto liberal do Norte sai vitorioso.

Essas diferenças entre as regiões Norte e Sul já ficaram bastante evidentes logo após a aprovação da Constituição, nas discussões dos próprios “pais fundadores”, onde estes disputavam concepções sobre a forma como deveria se organizar o país. Thomas Jefferson, do Sul, defendia um país de pequenos fazendeiros que tomariam conta das terras do Oeste, e Alexander Hamilton, do Norte, defendia a ideia de um país que investisse nas manufaturas e na produção industrial.<sup>49</sup> Mas mesmo tendo interesses diferentes, não é possível afirmar que as regiões fossem completamente antagônicas, uma vez que ambas estavam inseridas no sistema capitalista e interagiam economicamente entre si.<sup>50</sup>

Também a organização social das duas regiões era bastante diferente: o Norte possuía uma produção agrícola familiar, baseada na força de trabalho livre; possuía fábricas de tecidos, móveis, etc., e ainda antes da Guerra Civil tinha iniciado seu processo de industrialização. A elite política e econômica da região era formada por banqueiros, grandes comerciantes, empresários e industriais, que desenvolveram uma concepção burguesa do mundo, onde o lucro era a questão mais importante.<sup>51</sup>

Já o Sul tinha sua economia voltada para a monocultura de exportação (produzia-se algodão em larga escala), com a existência de grandes propriedades, as *plantations*, e força de trabalho escravizada. Esses escravizados trabalhavam nas plantações, mas também faziam trabalhos domésticos e trabalhavam em manufaturas. A grande parte da população era formada por pequenos produtores que produziam gêneros de subsistência e, quando possuíam escravos, era em número pequeno. A elite do Sul era formada por grandes fazendeiros e

---

<sup>49</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.67

<sup>50</sup> KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos, das origens ao século XXI. São Paulo, Editora Contexto, 2013. p.127

<sup>51</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.68-69

grandes comerciantes que cuidavam da exportação e importação, e por isso dependiam das *plantations*. A visão de mundo desse grupo era bastante diferente da do Norte: prezavam a vida rural, mantinham hábitos aristocráticos característicos de sociedades de Antigo Regime, que eram bastante dispendiosos, e não viam o lucro como a questão mais importante, mas sim acumular terras e escravos e ostentar suas riquezas.<sup>52</sup>

Esses diferentes sistemas e concepções de mundo conviveram por algumas décadas até a Guerra Civil, mas não sem conflito e disputa das elites para que seus sistemas vigorassem e fossem estendidos. Essa questão fica evidente na disputa que se estabeleceu entre as duas regiões pelo sistema a ser implantado nos novos estados que entrassem na União através da conquista de terras do Oeste, se escravista ou não. Definir como um novo estado entraria na União era importante para o futuro destes sistemas, uma vez que esse estado teria representação no Congresso e poderia pender a balança para um dos lados. Um dos resultados do medo de um possível desequilíbrio é o Compromisso do Missouri, de 1820, acordado entre estados escravistas e não escravistas, que proibia a escravidão em estados acima do paralelo 36°30’.

Além da questão dos novos estados, também foi importante a discussão sobre o acesso à terra, sobre o valor que deveria ser pago por ela pelos compradores.

“Parte da elite nortista defendia a terra mais cara, pois temiam que seus empregados abandonassem o trabalho e rumassem em direção ao Oeste em busca de seu próprio negócio e fazenda. Entre os que defendiam a terra barata estavam os sulistas e os homens do Oeste, que viam no acesso à propriedade o fortalecimento de sua posição, já que fortaleceria a compra”.<sup>53</sup>

A eleição de Abraham Lincoln, em 1861, candidato republicano à presidência do país, foi importante para o acirramento das disputas entre as regiões. Lincoln era visto pelos sulistas como um abolicionista, por mais que este não defendesse abertamente o fim do regime escravocrata, uma vez que seus discursos eram bastante ambíguos.

“Dizia que não toleraria que algo fosse feito contra a escravidão nos territórios em que ela já existia, mas, ao mesmo tempo, que defenderia a todo custo os interesses da União, que invadiria os estados que quisessem se separar e recolheria, da mesma forma, os direitos aduaneiros de importação nos estados que fossem a favor da secessão. O próprio Lincoln demonstrou suas expectativas ao afirmar que não esperava que ‘a casa’ não caísse, mas que, ao menos, deixasse de ser dividida.”<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> Idem. Ibidem. p.71-72

<sup>53</sup> Idem. Ibidem. p.73

<sup>54</sup> KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos, das origens ao século XXI. São Paulo, Editora Contexto, 2013. op. cit. p.131

Os senhores de escravos do Sul queriam a expansão do sistema para o Oeste, e com a proibição do tráfico de 1808, viam na expansão a única forma para a manutenção da escravidão, por isso viam o posicionamento ambíguo de Lincoln como sendo, de certa forma, antiescravista.<sup>55</sup> Com a eleição do candidato republicano, a Carolina do Sul anulou a sua ratificação da Constituição federal, sendo seguida por outros estados do Sul, formando os Estados Confederados da América e elegendo um novo presidente, Jefferson Davis. O presidente dos Estados Unidos enviou tropas para o Sul e a guerra civil que mataria mais de 600 mil pessoas foi iniciada. Não entraremos em detalhes sobre a Guerra de Secessão por não ser este o objetivo do trabalho, mas é importante dizer o sistema escravista foi abolido em 1863 com a lei de Emancipação dos Escravos, assim como foi aprovado o *Homestead act*, “lei federal que entregava um quarto de um distrito ainda não desenvolvido no Oeste para qualquer família ou indivíduo maior de 21 anos dispostos a migrar para a região”<sup>56</sup>. Tudo isso só foi possível por causa da ausência de voto contrário sulista.

O Sul sofreu várias baixas, principalmente depois de 1863, e em abril de 1865, os Confederados se rendiam à União. O Sul estava em ruínas, e a unidade nacional precisava ser reconstruída.

A principal questão a ser levantada, ainda antes do fim da guerra, foi como reintegrar os estados confederados à União. Ainda em 1863, Lincoln anunciou o plano “dos dez por cento”, onde, se pelo menos 10% dos votantes na eleição de 1860 fizessem um juramento de aliança à União, aceitando as decisões tomadas com relação à escravatura, Washington reconheceria os governos escolhidos por esses que juraram fidelidade.<sup>57</sup> Os republicanos radicais ficaram revoltados com a indulgência de Lincoln e tentaram aumentar a porcentagem de juramentos para 50% dos votantes, mas o presidente contornou a situação.

Após o assassinato de Lincoln, em abril de 1865, assume o seu sucessor Andrew Johnson, um sulista pobre que almejava reconstruir o Sul transformando-o em uma comunidade de pequenos fazendeiros. Johnson tinha um plano de reintegrar rapidamente os estados confederados, e aliado a isso, era um republicano moderado, o que acabou gerando um conflito entre ele e os republicanos radicais, uma vez que o novo presidente se

---

<sup>55</sup> Idem. Ibidem. p.132

<sup>56</sup> Idem. Ibidem. p.134

<sup>57</sup> MELANDRI, Pierre. História dos Estados Unidos desde 1865. Lisboa, Editora Edições 70, 2000. p.14



posicionava contra os direitos civis dos negros do Sul. Em meio a isso, o Congresso inicia um trabalho legislativo do qual sairão os fundamentos da Reconstrução radical.<sup>58</sup>

“À restauração da União e à abolição da escravidão, os Radicais acrescentaram, a título posterior, e a favor das circunstâncias, um terceiro termo de guerra: o direito de voto dos negros. Todos os estados ‘rebeldes’ tinham, com efeito, de inscrevê-lo nas suas constituições. Em 30 de Março de 1870, a 15ª Emenda consagrou definitivamente este direito.”<sup>59</sup>

Johnson resistiu à decisão, e um conflito aberto entre o presidente e radicais foi iniciado, culminando na abertura de um processo de Impeachment do presidente pelo Congresso, processo que foi derrotado por ser juridicamente contestável. A partir dos primeiros meses de 1867, as novas leis foram aplicadas no Sul, que foi submetido à ocupação militar e foi obrigado a garantir um estatuto de plena igualdade aos ex escravizados. Esse período, que durou até 1877, permanece na memória dos sulistas brancos acompanhado de grande ressentimento. O acesso dos negros ao voto gerava ódio, e

“[...] evidentemente, não foi preciso muito tempo para que começasse a difundir-se a opinião segundo a qual eram agora os negros que faziam a lei. Como estes, na grande maioria, não tinham sequer uma instrução elementar, o Sul via neles os instrumentos servís de um súplica corrupta de políticos republicanos e homens de negócios vindos do Norte [...] saídos da escória da sua própria população”.<sup>60</sup>

Esse ressentimento culminou na segregação de negros, formação de organizações de perseguição a este grupo, como a Ku Klux Klan e a restrição de direitos civis após o fim da Reconstrução e da retirada das tropas do Sul.

Outra questão importante do período da Reconstrução foi a industrialização do Sul promovida a partir do Norte. Após o fim da escravidão e da Guerra Civil, “nada se opunha à experiência de democracia liberal empreendida pelos Estados Unidos e que, aos olhos do Norte, só a escravidão em uso no Sul tinha manchado”<sup>61</sup>. Para Pierre Melandri, o Norte viu o Sul como uma “segunda fronteira”, aberta para que seus recursos fossem explorados: “o mundo dos negócios do Norte mantinha relações muito estreitas com os governos dos Estados onde existiam mercados a explorar ou investimentos a proteger, ao mesmo tempo em que muitos dos seus filhos, ávidos de fortuna, se precipitavam nessas regiões com a esperança de aí prosperar”.<sup>62</sup> Neste sentido, a Reconstrução permitiu a vitória do projeto burguês industrial do Norte, que finalmente consolidou a Nação a partir de seu projeto nacional. Por mais que ainda houvesse um grande ressentimento entre as diferentes regiões, e nem todos os grupos

<sup>58</sup> Idem. Ibidem. p.15-16

<sup>59</sup> Idem. Ibidem. p.16

<sup>60</sup> Idem. Ibidem. p.17

<sup>61</sup> Idem. Ibidem. p.13

<sup>62</sup> Idem. Ibidem. p.17

étnicos estivessem inseridos como cidadãos dentro desse projeto nascente, a União, após esse período de quase dezesseis anos de conflito, estava definitivamente consolidada.

### 1.3. Construção de uma identidade nacional estadunidense

Os esforços para a criação do Estado-nacional iniciaram após a guerra de independência, mas a identificação com o novo país não surgiu da noite para o dia após a ratificação da Constituição. O Estados Unidos era composto por uma massa de imigrantes que havia vindo de diferentes partes da Europa, que muitas vezes não falava o Inglês e tinha diferentes religiões e costumes, faltava algo que fizessem com que pessoas de regiões diferentes se identificassem entre si, uma identidade cultural que fizesse com que todos se sentissem pertencentes a uma mesma comunidade.<sup>63</sup>

Sobre a criação de identidades comuns, as identidades nacionais, Anne-Marie Thiesse, em *Ficções criadoras: as identidades nacionais*, afirma que este é um fenômeno relacionado a uma ideia de nação que surge no final do século XVIII e o século XIX, onde ela é uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade entre seus membros. Nesse sentido, a nação é uma ideia subversiva, uma vez que provoca a contestação da sociedade de ordens e o poder monárquico baseado em um direito divino.<sup>64</sup> Ela é independente da história dinástica, característica de agrupamentos definidos pela sujeição de um povo por um monarca, porque ela existe independentemente de seu príncipe, “o que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo.”<sup>65</sup> Esse processo levou mais de um século nos países da Europa e nos Estados Unidos, e consistiu em tornar secundárias e subordinar as diversas identidades já existentes à identidade nacional.<sup>66</sup> Thiesse fala em uma “*check-list* identitária”, que é a matriz de todas as nações:

“Atualmente, a lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem

<sup>63</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.28

<sup>64</sup> THIESSE, Anne-Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais*. In: Revista Anos 90, n. 15, 2001/2002, Porto Alegre. op. cit. p.8

<sup>65</sup> Idem. Ibidem. p.8

<sup>66</sup> Idem. Ibidem. p.8

típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: Modo de vestir, gastronomia, animal emblemático.”<sup>67</sup>

A definição desses elementos ajuda a criar uma identificação entre todos os habitantes de um mesmo país, mesmo que estes já possuam outras identificações “menos amplas”, como identidade regional, étnica (no caso de países formados por imigrantes de diferentes partes do mundo), religiosa, etc., tornando possível o sentimento de nacionalismo, assim como a consolidação do Estado Nacional. No Estados Unidos não foi diferente. Após a independência e a ratificação da Constituição, o esforço de forjar uma identidade comum aos americanos foi iniciado.

Mary Anne Junqueira fala de pelo menos três desses elementos que são importantes para a formação da identidade nacional estadunidense em seu livro *Estados Unidos: a consolidação da Nação*: os heróis da nação, o passado comum e uma tradição política. Os heróis nacionais criados neste contexto foram os homens que fizeram a independência e que se tornaram os primeiros presidentes, como George Washington e Thomas Jefferson, assim como os homens que pensaram a nação e participaram da formulação da Constituição, como Benjamin Franklin, John Adams, Madison, Hamilton e Jay. Todos estes são considerados ainda hoje os “pais fundadores da nação” e tiveram seus nomes postos em locais públicos, como ruas e escolas, assim como ainda hoje são reverenciados nos meios de comunicação, filmes, no ensino, etc.<sup>68</sup> “O mito dos pais fundadores serviu a determinados fins, ao longo do tempo. Ajudou a consolidar o projeto dominante (foram escolhidos como heróis os protagonistas do projeto vencedor norte-americano); ajudou também a criar uma atmosfera de unidade nacional e minimizar conflitos existentes na sociedade”.<sup>69</sup>

A ideia de passado comum é construída a partir dos peregrinos que vieram da Inglaterra e se estabeleceram na Nova Inglaterra. Esse elemento da formação da identidade nacional é importante por estabelecer uma “origem única para uma cultura diversificada”.<sup>70</sup> Essa origem única não poderia ser o passado colonial porque era justamente o passado de colônia inglesa que se queria romper, assim se recuperou desse passado apenas a história do grupo de peregrinos que chegou ao Novo Mundo em 1620 a bordo no Mayflower. Junto com esses imigrantes veio a ideia de que eram um povo eleito por Deus e que a América era uma nova Canaã, uma nova Terra Prometida, e que eles eram “os hebreus do Novo Mundo”. Para Junqueira, a recuperação deste grupo de imigrantes pelos homens que construíram a nação

<sup>67</sup> Idem. Ibidem. p.8-9

<sup>68</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.30

<sup>69</sup> Idem. Ibidem. p.31

<sup>70</sup> Idem. Ibidem. p.31

“relaciona-se ao fato de os peregrinos terem rompido com as instituições da Inglaterra, ainda no século XVII, e vindo para a América do Norte com a intenção de construir um mundo novo. Exatamente a mesma proposta dos homens que construía agora a nova nação: romper com a Europa e criar um mundo novo”.<sup>71</sup>

Neste sentido, estabeleceu-se uma ideia de que o Estados Unidos que surgiu após a independência era novo, como se após a independência a História tivesse recomeçado do zero, sem nenhuma conexão com o passado e com o que tinham deixado para trás, “era uma ruptura histórica, pois o mundo que construíram seria o oposto da Europa em exclusivo”.<sup>72</sup> Há uma ideia muito forte de missão presente nessa visão, uma vez que havia a crença de que esse mundo novo seria um modelo para os outros países, o “povo eleito” mostraria aos outros como criar um país construído a partir de princípios éticos e de virtude. “Tal qual um farol para o mundo, aqueles homens acreditavam que estavam não só criando um sistema inédito, mas de alcance universal. Uma criação única, modelo que eles iniciavam e que a humanidade, inevitavelmente, iria seguir. Na perspectiva deles, era o único caminho moral possível e qualquer outro modelo estaria na direção errada”.<sup>73</sup>

Essa visão da América como uma Terra Prometida pela Providência Divina aos puritanos não ficará restrita ao âmbito do passado comum dos americanos, ela terá reflexos nos planos para o futuro, uma vez que será a base da ideologia que em meados do século XIX receberá o nome do Destino Manifesto, mas que muito antes de ser nomeada já estava presente no imaginário estadunidense. Essa visão de mundo entendia que os estadunidenses deveriam ocupar todo o território hoje americano e levar a civilização e democracia para as regiões situadas a Oeste, isso porque havia uma predestinação divina para a posse dessa terra, uma vez que os puritanos seriam o povo escolhido. Essa crença justificou o avanço da colonização estadunidense até o Pacífico, formando o território atual dos Estados Unidos, e mais tarde justificaria o imperialismo estadunidense em direção à América Latina e outro lado do Pacífico. A crença em um Destino Manifesto está presente até hoje no imaginário dos estadunidenses, com frequência presidentes do país recorrem a essa imagem para justificar ações do país em território estrangeiro, e por essas questões acabou sendo também uma parte importante da identificação nacional dos americanos.

Mas Junqueira chama a atenção para uma questão importante da criação desse passado comum a partir da imagem dos peregrinos: a de que ela certamente criava uma ideia de

---

<sup>71</sup> Idem. Ibidem. p.33-34

<sup>72</sup> Idem. Ibidem. p.34

<sup>73</sup> Idem. Ibidem. p.35

unidade e de sentimento de pertencimento à nação, mas que ela era extremamente excludente, uma vez que englobava apenas os brancos, anglo-saxões e protestante, os WASP, excluindo todas as outras pessoas que não se enquadravam nessas características, como os negros, indígenas, imigrantes de outras partes da Europa e que possuíam outras religiões.<sup>74</sup>

Outro aspecto que também é formador de identidade nos Estados Unidos é a crença na democracia. A visão de democracia presente no país é a de igualdade de oportunidade, principalmente no que se refere ao acesso à propriedade, muito vinculada à existência de terras livres para a ocupação dos pioneiros. Neste sentido, desde a Independência ela é um dos pilares do processo de construção de identidade nacional.<sup>75</sup>

E por último, dentre os elementos que Junqueira destaca como importantes para a nacionalidade estadunidense, está a tradição política. Os estadunidenses, que buscavam romper com a Inglaterra, buscaram uma nova tradição política para basear o mundo que pretendiam construir, e encontraram na Antiguidade Clássica, onde se inspiraram na democracia grega e república romana, onde viam “princípios inspiradores de virtude ética”.<sup>76</sup> A ideia de um governo republicano rompia mais uma vez com a Inglaterra monárquica, uma vez que a república era um sistema de governo que “[colocava] em relevo a *res publica* (coisa pública) e tem como fundamento a conformidade com a lei comum. Assim, os norte-americanos marcavam mais uma vez sua distância da Inglaterra, [...] era como se recuperassem o caminho da virtude, perdido pela Europa monárquica”<sup>77</sup>. Neste sentido, os estadunidenses colocavam-se como um povo moralmente regenerado que defendia a causa da liberdade.

Esses elementos que foram formadores de uma identidade nacional americana também estão presentes na *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner, e neste caso aparecem com um peso maior por estarem inseridos dentro de uma narrativa científica. Ao centrar a história dos Estados Unidos na experiência da fronteira, Turner acaba dando um passado comum a todos os americanos, já que todo o país um dia foi fronteira, e por isso todos foram ou pioneiros ou descendentes de fronteirões. Esse passado comum corrobora para a afirmação de uma identidade comum entre os americanos, mesmo estes sendo de etnias diferentes. Além disso, Turner foi o primeiro historiador estadunidense a pensar a história de seu país e de suas

---

<sup>74</sup> Idem. Ibidem. p.35

<sup>75</sup> KNAUSS, Paulo. Oeste Americano – Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói, EdUFF, 2004. op. cit. p.9

<sup>76</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001. op. cit. p.35

<sup>77</sup> Idem. Ibidem. p.36

instituições a partir dele próprio, e não como uma continuidade europeia, interpretação que vai ao encontro dos objetivos dos “pensadores” da Nação de romper com a tradição política europeia e pensar a estadunidense como excepcional.

Neste sentido, partir do contexto de consolidação do Estado-nacional e formação de identidade nacional é essencial para entendermos a obra de Turner, que, mesmo sendo bastante original, foi produto de um contexto histórico determinado.

## 2. *FRONTIER THESIS* E A IDEIA DE DEMOCRACIA EM TURNER

Em 1893, Turner apresentou *The Significance of the Frontier in American History*, rompendo com a tradição historiográfica presente nos Estados Unidos que entendia as instituições americanas como uma continuação das europeias. Turner escreveu uma história dos Estados Unidos que partia do próprio país, uma vez que explicava o surgimento dos americanos e suas instituições como sendo produtos da conquista do Oeste. Pensar a história dos Estados Unidos a partir do ponto de vista Oeste logo se consagraria entre os historiadores profissionais como principal forma para se entender a história de seu país, interpretação que afetaria toda uma geração de historiadores.

Apesar da originalidade da obra de Turner dentro da Acadêmica, a ideia de que era a existência de uma linha de fronteira que fazia dos Estados Unidos um país único e de que uma aliança entre puritanos e a Providência Divina que predestina essas terras aos colonos é anterior ao historiador, é uma crença que remonta ao período colonial e que estava presente na cultura popular americana, mas só chegou à Academia através da narrativa científica de Turner.

Uma questão central dentro da *frontier thesis* é a ideia de que a democracia excepcional americana surgiu a partir da oferta de terras livres, que proporcionava igualdade de oportunidade de acesso aos recursos naturais, Turner não define “democracia” de forma fechada, mas neste capítulo procuraremos entender como Turner pensava a democracia americana.

## 2.1. *A frontier thesis*

Na última década do século XIX, Frederick Jackson Turner tornou pública sua tese sobre a formação dos Estados Unidos. Em 1893, no encontro anual da *American Historical Association*, que ocorria em Chicago, Turner apresentou o seu ensaio que ficaria mais famoso, *The Significance of the Frontier in American History*, onde enfatizava a conquista do Oeste como principal elemento para o entendimento da história dos Estados Unidos, sendo a fronteira a responsável pela americanização dos estadunidenses e de suas instituições. Ao pensar a história dos Estados Unidos a partir da fronteira, Turner rompia com uma tradição historiográfica anterior que centrava a história do país no Leste, além de dar um passado comum a todos os estadunidenses, uma vez que todo o território do seu país um dia havia sido fronteira. Mesmo assim, a *frontier thesis* de Turner não teve, em um primeiro momento, um grande impacto entre o público especializado, mas dentro de uma década, sua tese tornou-se a principal explicação da história dos Estados Unidos.

Somente em fins de 1894 o artigo seria publicado na revista da AHA. Nestes dois anos, a aceitação de sua teoria foi pouco significativa. Esta situação só mudaria com a ampla divulgação resultante da publicação no periódico da Associação e das constantes palestras itinerantes que dava. Em fins da década, a *frontier thesis* já estava sendo utilizada por um grande número de profissionais em todos os Estados Unidos, desde professores primários até docentes acadêmicos.<sup>78</sup>

De acordo com a *frontier thesis*, a história dos Estados Unidos até o momento havia sido a história da conquista da fronteira. Onde mulheres e homens saíam do Leste urbanizado para escapar de suas pressões, falta de oportunidades e conflito de classes<sup>79</sup>, e rumavam em direção ao Oeste em busca de terras livres para se assentar e recomeçar suas vidas. O Oeste está relacionado à oportunidade e individualismo, é para Turner, um meio de escapar da sujeição ao passado,<sup>80</sup> e é nessa essa jornada na fronteira, rompendo com o passado, que os fronteirões se transformam em americanos, assim como as instituições, como a democracia.<sup>81</sup>

Com relação ao principal conceito da tese de Turner, “fronteira”, é importante destacar que o historiador não o definiu de forma fechada, “*the term is an elastic one, and for our*

<sup>78</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p. 36

<sup>79</sup> CRONON, William. Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner. In *the Western Historical Quarterly*, Vol. 18, No.2, 1987. p. 157

<sup>80</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.42

<sup>81</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Problem of the West*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. p.221



*purpose does not need sharp definition*”.<sup>82</sup> De acordo com Richard Hofstadter, “*La frontera era para Turner, en varias ocasiones, el ambiente desértico, en otras la tierra vacía y no colonizada, o la población que vivía en una cierta región, o ‘el Oeste’ en sentido general, o los recursos generales que allí se encontraban, o un proceso social de colonización y americanización [...]*”.<sup>83</sup>

Uma das definições dadas por Turner à “fronteira” está presente em seu principal ensaio, onde ele afirma que a fronteira “[...] *is the outer edge of the wave – the meeting point between savagery and civilization*”.<sup>84</sup> Neste ponto de encontro entre estes dois opostos é onde ocorre a americanização dos imigrantes europeus – “*the frontier is the line of most rapid and effective Americanization*”.<sup>85</sup> Esses imigrantes chegam à América como europeus em seus costumes e forma de pensar e, ao entrarem em contato com o ambiente selvagem, com os indígenas e seus costumes, acabam transformando-se em algo novo, em americanos:

*“In short, at the frontier the environment is at first too strong for the man. He must accept the conditions which it furnishes, or perish, and so he fits himself into the Indian trails. Little by little he transforms the wilderness, but the outcome is not the old Europe, nor simply the development of Germanic germs, any more than the first phenomenon was a case of reversion to the Germanic mark. The fact is, that here is a new product that is American.”*<sup>86</sup>

Mas a fronteira não é apenas o lugar americanização dos imigrantes, é também o lugar de americanização das *instituições*, é na fronteira que se desenvolve a democracia estadunidense<sup>87</sup>, questão que será melhor desenvolvida adiante. Sendo assim, de acordo com a tese de Turner, o ponto de vista correto para se entender a história de seu país não estava no Leste, mas sim na fronteira situada a Oeste, na conquista das terras livres. “*The existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward, explain American development.*”<sup>88</sup> Essa visão sobre a história dos Estados Unidos rompe com uma anterior centrada no Leste, onde a história nacional era entendida como o desenvolvimento das instituições europeias, a *germ theory*, assim Turner oferece uma história nacionalista para os americanos.<sup>89</sup>

---

<sup>82</sup> TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. In: The Frontier in American History. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.13

<sup>83</sup> HOFSTADTER, Richard. Los historiadores Progresistas. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970. p. 124.

<sup>84</sup> TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. In: The Frontier in American History. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.12

<sup>85</sup> Idem. Ibidem. p.13

<sup>86</sup> Idem. Ibidem. p.13

<sup>87</sup> Idem. Ibidem. p.35

<sup>88</sup> Idem. Ibidem. p.11

<sup>89</sup> AVILA, Arthur Lima. História e Destino: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner. Rev. Cena Int. 7, 2005. p.1

Para Turner, umas das diferenças entre os Estados Unidos e a Europa era a existência de uma grande porção de terras livres situadas à Oeste. Na Europa, a fronteira separava uma nação de outra, nos Estados Unidos, ela separa a nação das terras livres. Sendo assim, o desenvolvimento da Europa deu-se em uma porção territorial limitada, enquanto na América o desenvolvimento se deu através do avanço da linha de fronteira.<sup>90</sup> Esse avanço em direção às terras livres resultava em um eterno recomeço da fronteira, assim como da simplicidade da sociedade primitiva da fronteira.<sup>91</sup> Com o tempo, essa área conquistada vai se complexificando até se tornar uma área urbana - uma metrópole - e a fronteira vai avançando cada vez mais em direção ao Pacífico. Turner afirma, em *The Significance of the Frontier in American History* que é possível, através da observação da história dos Estados Unidos, perceber as etapas do desenvolvimento da Europa:

*“The United States lies like a huge page in the history of society. Line by line as we read this continental page from West to East we find the record of social evolution. It begins with the Indian and the hunter; it goes on to tell of the disintegration as savagery by the entrance of the trader, the pathfinder of civilization; we read the annals of the soil by the raising of unrotated crops of corn of corn and wheat in sparsely settled farming communities; the intensive culture of the denser farm settlement; and finally the manufacturing organization with city and factory system.”*<sup>92</sup>

Logo, a linha de fronteira também segue essas etapas de evolução, uma região que era agrícola, em uma próxima geração será manufatureira, mas os ideais pioneiros permanecem, mesmo com a complexificação da sociedade, e a linha de fronteira continua avançando. A ideia é a de um eterno ressurgimento de um estado primitivo anterior que é responsável pela manutenção dos ideais pioneiros, dentre eles a democracia e individualismo<sup>93</sup>. O problema é que Turner escreveu em um momento em que não havia mais linha de fronteira nos Estados Unidos a ser conquistada; os Estados Unidos tornavam-se o maior complexo urbano-industrial do mundo,<sup>94</sup> e não havia mais terras livres para o retorno à simplicidade. Mas a história, para Turner, caminha em direção ao progresso, e a urbanização e industrialização serão explicados neste sentido: o progresso vindo do povo, sob os ideais pioneiros, é válido.<sup>95</sup>

Sobre a questão primitivismo-progresso, Arthur Lima de Avila defende que, em sua *frontier thesis*, Turner cientificizou o Mito da Fronteira,

---

<sup>90</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.12

<sup>91</sup> Idem. Ibidem. p. 12

<sup>92</sup> Idem. Ibidem. p. 19

<sup>93</sup> Idem. Ibidem. p.12

<sup>94</sup> NOBLE, David. *Historians Against History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1965. p.38

<sup>95</sup> Idem. Ibidem. p.47-48

“[...] considerado o principal mito de origem dos norte-americanos, tendo influenciado na adoção de políticas internas e externas, além de ter alimentado uma visão de nação pautada na ideia de uma aliança entre a Providência e os estadunidenses, de um destino nacional anterior à própria história dos Estados Unidos e de uma excepcionalidade intrínseca aos americanos do norte. Tendo sido elaborado pelos Puritanos ainda no século XIX, o Mito foi sendo paulatinamente retrabalhado por toda uma sorte de ideólogos e *myth-makers* nos séculos que se seguiram.”<sup>96</sup>

O mito, que estava presente há séculos na cultura popular estadunidense, foi cientificizado através de uma linguagem histórico-científica por Turner.<sup>97</sup> Havia duas versões do mito, uma progressista ou industrial, e a outra populista ou agrária. A primeira justificava o capitalismo financeiro-industrial “[evocando] o épico do ‘homem-que-conhecia-os-índios’ para criar uma aura heroica para a nova elite empresarial”<sup>98</sup>; a segunda “[...] remontava ao agrarismo de Jefferson para legitimar suas pretensões. Aqui é o Oeste como provedor que torna-se o eixo central do Mito. O personagem principal é o fazendeiro, armado com o arado, e a marcha da expansão não é necessariamente sangrenta (embora o conflito exista), mas pacífica e ordeira”<sup>99</sup>. Turner reconcilia essas duas versões valorizando tanto o passado agrário quanto o presente industrial, sua *frontier thesis* “[...] se propõe a unificar estes elementos díspares em uma explicação que dê conta da história norte-americana em seu sentido mais amplo. Assim, ela busca caminhos para preservar os ideais agrários da nação e explicar o surgimento da nova ordem, de maneira a enquadrá-la em uma evolução ‘natural’ do país”.<sup>100</sup> Para Avila, esta é a razão para a ampla aceitação da *frontier thesis* nos Estados Unidos, ela reconcilia duas interpretações sobre o país que até então eram díspares, fornecendo uma história comum a todos os americanos.<sup>101</sup>

## 2.2. Democracia na *frontier thesis*

Na obra de Turner, um dos efeitos da existência de uma linha de fronteira nos Estados Unidos foi a promoção da democracia americana. O historiador afirma que a história das instituições de seu país não é a história da imitação das instituições europeias, mas sim da evolução e adaptação de órgãos em reação ao meio ambiente transformado, e do surgimento

<sup>96</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.90

<sup>97</sup> Idem. Ibidem. p.90

<sup>98</sup> Idem. Ibidem. p.106

<sup>99</sup> Idem. Ibidem. p.106-107

<sup>100</sup> Idem. Ibidem. p.107-108

<sup>101</sup> Idem. Ibidem. p.13

de novas formas políticas<sup>102</sup>. Sendo assim, a democracia estadunidense não é a imitação da democracia europeia, mas sim algo que nasceu em solo americano, mais especificamente na fronteira, e que renasceu constantemente com o avanço em direção ao Oeste.

A ideia de democracia presente na *frontier thesis* de Turner foi pouquíssima analisada pelos historiadores que se propuseram a estudar o historiador, tornando difícil escrever sobre o tema. Em geral, o que encontramos sobre a democracia de Turner é muito parecido em diferentes trabalhos: a democracia estadunidense surge na fronteira, está relacionada à oferta de terras livres e à igualdade de oportunidade no acesso à terra. A democracia de Turner também aparece recorrentemente nos textos de crítica ao historiador, onde outros historiadores mostram porque a teoria de Turner estava equivocada, mas é difícil encontrá-la como objeto de pesquisa.

Richard Hofstadter dedicou algumas páginas sobre o assunto em seu trabalho *The progressive historians*, onde fez alguns apontamentos importantes para o entendimento da ideia de democracia presente na *frontier thesis*. O primeiro é a disposição de Turner a exemplificá-la e não a definir, provavelmente por imaginar que a definição fosse desnecessária para um povo que a vivenciava.<sup>103</sup> O segundo é que o verdadeiro interesse de Turner não era entender a democracia como um fenômeno geral, mas sim o caso específico estadunidense. E o último é que, quando fala em democracia, é mais provável que a relacione com sentimentos e atitudes do que com formas institucionais, e que a relacione com igualitarismo, o que considera uma característica “muito estadunidense”.<sup>104</sup> Hofstadter afirma que a maioria de nós define a democracia em questões institucionais, relacionadas a um governo, mas que Turner “[...] no mostró un interés sistemático en el desarrollo de la democracia en este sentido, sino más bien en la historia de ciertas actitudes y planteos que reforzaban el espíritu de igualitarismo”.<sup>105</sup>

Assim como o conceito de “fronteira”, o de “democracia” presente na *frontier thesis* é bastante vago. Isso fica evidente em *Contributions of the West to American Democracy* onde, mesmo Turner se propondo a analisar especificamente a democracia nascida na fronteira,

---

<sup>102</sup> TURNER, Frederick Jackson. The Problem of the West. In: The Frontier in American History. New York, Henry Holt and Company, 1921. p.221

<sup>103</sup> HOFSTADTER, Richard. Los historiadores Progresistas. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970. op. cit. p. 126.

<sup>104</sup> Idem. Ibidem. p.126

<sup>105</sup> Idem. Ibidem. p. 126

inicia o ensaio sem defini-la precisamente.<sup>106</sup> Mas, mesmo sem essa definição precisa, é possível ter uma aproximação de como Turner a entendia.

Em seus textos, a democracia geralmente aparece relacionada a determinadas palavras que a acompanham e que também estão relacionadas entre si, como “individualismo”, “igualdade”, “autogoverno”, “oportunidade”, o que nos permite traçar uma cadeia de equivalência entre elas. A questão é que não há um padrão para as relações que Turner faz entre democracia e essas palavras – muitas vezes elas aparecem com sentidos diferentes em artigos diferentes (e muitas vezes até mesmo no mesmo artigo). “Individualismo”, por exemplo, aparece como o elemento que fomentou a democracia<sup>107</sup>, como uma de suas características<sup>108</sup>, e até mesmo ao seu lado como um dos resultados do avanço da fronteira de colonização<sup>109</sup>. Tudo isso reforça o fato de ser muito difícil afirmar com precisão como Turner realmente a entendia.

A partir disso faremos uma análise cuidadosa de três dos principais artigos de Turner, *The Significance of the Frontier in American History*, *The Problem of the West* e *Contributions of the West to American Democracy*, destacando as formas como “democracia” aparece neles, levando em consideração quais palavras aparecem ao seu lado e que relação elas mantêm entre si, o que Turner fala sobre o seu surgimento e como a caracteriza.

No primeiro ensaio, onde Turner apresentou sua *frontier thesis*, o historiador relaciona democracia a “individualismo”, à liberdade individual dos fronteirões. Isso ocorre porque a fronteira impele a sociedade complexa para um tipo de organização primitiva baseada na família. A partir de então, surge uma antipatia a qualquer controle direto. Citando um artigo de Osgood, *Political Science Quarterly*, Turner afirma que a liberdade individual era confundida com a ausência de governo. Esse individualismo da fronteira foi fomentador da democracia.<sup>110</sup> Mas o historiador também fala dos perigos desse individualismo exagerado:

*“Individualism in America has allowed a laxity in regard to governmental affairs which has rendered possible the spoils system and all the manifest evils that follow from the lack of a highly developed civic spirit. In this connection may be*

---

<sup>106</sup> TURNER, Frederick Jackson. *Contributions of the West to American Democracy*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921

<sup>107</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.35

<sup>108</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Problem of the West*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.226

<sup>109</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.40

<sup>110</sup> Idem. *Ibidem*. p.37

*notes also the influence of frontier conditions in permitting lax business honor, inflated paper currency and wild-cat banking.*<sup>111</sup>

O individualismo reaparece em *Problem of the West*, desta vez ao lado de “autogoverno”. Recorrentemente Turner reafirma a vontade dos fronteirões de organizarem-se em Estados independentes da União, isso porque não se identificavam com os americanos do Leste, pois percebiam a grande diferença existente entre os dois modos de vida.<sup>112</sup> Seu ideal era o de autogoverno. O historiador cita uma passagem de uma petição a favor da condição de Estado que voltará a citar em outros artigos: “[...] *much wisdom is not necessary to supply our wants, and a fool can sometimes put on his clothes better than a wise man can do it for him.*”<sup>113</sup> e logo depois afirma: “*This forest philosophy is the philosophy of American democracy.*”<sup>114</sup>

Outras duas palavras que acompanham “democracia” nos artigos de Turner é “igualdade” e “oportunidade”, e geralmente aparecem juntas. Em *The Problem of the West*, “igualdade” aparece ao lado de “individualismo” como uma das características da democracia do Oeste.<sup>115</sup> A igualdade para Turner é a igualdade econômica entre os fronteirões, relacionada à posse de terras, que resultará na igualdade política, isso porque todos tinham acesso à terra, quase só ocupando-a, e a igualdade econômica rapidamente implicava em igualdade política. “Oportunidade” aparece ao lado de “igualdade” porque, para Turner, o Oeste representava um espaço de igualdade de oportunidades para os fronteirões na posse de terras.<sup>116</sup> É interessante perceber que Turner afirma que “oportunidade” é sinônimo de “Oeste” em *The Problem of the West*.<sup>117</sup>

Mas as palavras que aparecem ao lado de “democracia” não são a única forma de perceber como Turner a entendia. Outra maneira interessante é analisar o que o historiador afirma sobre os presidentes que foram a “personificação” da democracia do Oeste: Thomas Jefferson, Andrew Jackson e Abraham Lincoln. Antes, porém, é importante atentar para o fato de que Turner não escreveu uma história dos “grandes homens”, ele não entendia esses presidentes como os responsáveis pela democracia estadunidense, muito pelo contrário. Como vimos anteriormente, a democracia surgiu na fronteira com os fronteirões, que são, na *frontier thesis*, os grandes atores da história dos Estados Unidos. Hofstadter afirma que Turner foi o primeiro estadunidense a abraçar a causa da democracia criada pelas mulheres e

<sup>111</sup> Idem. Ibidem. p. 37

<sup>112</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Problem of the West*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.222

<sup>113</sup> Idem. Ibidem. p.223

<sup>114</sup> Idem. Ibidem. p.223

<sup>115</sup> Idem. Ibidem. p.228

<sup>116</sup> Idem. Ibidem. p.228

<sup>117</sup> Idem. Ibidem. p.228

homens comuns.<sup>118</sup> Avila afirma que Turner escreve a história do homem comum, “[...] sem rosto e sem nome, que se move no tabuleiro da história graças à ação de forças que controla apenas superficialmente”<sup>119</sup>. Esses presidentes nascidos no Oeste apenas *personificam* os ideais democráticos da fronteira e os levam para as instituições governamentais, ajudando a espalhá-los pelo resto do país.

Turner fala sobre essas três personalidades em *Contributions of the West to American Democracy*. Sobre Jefferson, o historiador afirma que foi o primeiro “profeta da democracia americana”, e que é possível ver em sua doutrina a influência do Oeste.<sup>120</sup> Jefferson tinha uma concepção de que a democracia deveria ter uma base agrícola, sendo o desenvolvimento urbano e industrial perigosos para essa democracia.<sup>121</sup> Ao falar de pontos da plataforma política de Jefferson, Turner enumera algumas das características que acreditava serem da democracia da fronteira:

*“Simplicity and economy in government, the right of revolution, the freedom of the individual, the belief that those who win the vacant lands are entitled to shape their own government in their own way,—these are all parts of the platform of political principles to which he gave his adhesion, and they are all elements eminently characteristic of the Western democracy into which he was born.”*<sup>122</sup>

O objetivo da legislatura de Jefferson estava claro para Turner: era o de substituir o domínio da aristocracia agrária pelo das classes interior.

Segundo Turner, ainda na primeira metade do século XIX, “os ventos da democracia” vinham com força do Oeste e atingiam os antigos estados da costa, que convocavam convenções para liberalizar suas constituições e fortalecer as bases democráticas<sup>123</sup>. O povo das cidades mostrava sua vontade de participar do governo, e Andrew Jackson personificava essa democracia fronteira que tomava conta do Leste.<sup>124</sup> Jackson é descrito como um homem de aparência rústica, com maneiras de um *backwoodsman*, determinado, impetuoso, individualista, uma verdadeira, personificação do Oeste.<sup>125</sup> Para Turner, quando Jackson chegou ao poder, foi o momento em que “[...] *the frontier in the person of its typical man had*

<sup>118</sup> HOFSTADTER, Richard. Los historiadores Progresistas. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970. op. cit. p.90

<sup>119</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p. 54

<sup>120</sup> TURNER, Frederick Jackson. Contributions of the West to American Democracy. In: The Frontier in American History. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.264

<sup>121</sup> Idem. Ibidem. p.265

<sup>122</sup> Idem. Ibidem. p.265

<sup>123</sup> Idem. Ibidem. p.267

<sup>124</sup> Idem. Ibidem. p.267

<sup>125</sup> Idem. Ibidem. p.268

*found a place in the Government.*”<sup>126</sup>. O historiador afirma que o triunfo de Jackson “*marked the end of the old era of trained statesmen for the Presidency. With him began the era of the popular hero.*”. Ele representava a democracia do Sudoeste.<sup>127</sup>

Abraham Lincoln é descrito pelo historiador como a personificação da democracia do Noroeste, ele representava os pioneiros que entraram Noroeste adentro para construir um lar e uma fortuna em meio ao crescimento industrial.<sup>128</sup> Comparando a democracia das duas regiões, Turner afirma que a do Sudoeste “[...] *was contentious, individualistic, and it sought the ideal of local self-government and expansion.*”<sup>129</sup>, além disso, o desenvolvimento industrial e urbano eram fatores de menor relevância, enquanto na democracia do Noroeste eram essenciais. Lincoln representava a democracia do Noroeste que entrou na luta contra a escravidão que ameaçava a democracia do Oeste, foi a democracia dos pioneiros que derrotou a aristocracia escravocrata.<sup>130</sup>

Aqui abriremos parênteses para comentar essa diferenciação entre as duas formas de democracia que não haviam aparecido anteriormente, e posteriormente retomaremos para a questão da personificação do Oeste. Até então a democracia na *frontier thesis* aparecia relacionada ao meio agrário, à pequena posse de terras. Aqui ela aparece pela primeira vez relacionada à vida urbana e industrialização. Mas uma coisa elas continuam tendo em comum: as duas estão relacionadas às questões econômicas. O tipo de herói do Noroeste era industrial. Turner enumera alguns de seus ideais:

*“To widen the area of the clearing, to contend with one another for the mastery of the industrial resources of the rich provinces, to struggle for a place in the ascending movement of society, to transmit to one's offspring the chance for education, for industrial betterment, for the rise in life which the hardships of the pioneer existence denied to the pioneer himself, these were some of the ideals of the region to which Lincoln came. The men were commonwealth builders, industry builders”.*<sup>131</sup>

Turner afirma que após a Guerra Civil a democracia do Oeste mudará, sendo a “realização social” a sua palavra de ordem. Nessa nova fronteira, o individualismo dá lugar à cooperação e ação governamental, esse novo Oeste começou a mostrar uma tendência pelo apelo à ajuda governamental. Turner fala de uma “tendência social” da democracia do Oeste que se opõe à tendência anterior que era individual.<sup>132</sup> Nessa nova fronteira, que compreendia os Grandes Lagos, os Prados, as Grandes Planícies, as Montanhas Rochosas, o Mississippi e o

---

<sup>126</sup> Idem. Ibidem. p.268

<sup>127</sup> Idem. Ibidem. p.270

<sup>128</sup> Idem. Ibidem. p.271

<sup>129</sup> Idem. Ibidem. p.271

<sup>130</sup> Idem. Ibidem. p.271

<sup>131</sup> Idem. Ibidem. p.271

<sup>132</sup> Idem. Ibidem. p.272



Missouri, o pioneiro necessariamente necessitava da ajuda governamental para se estabelecer. As terras eram muito áridas, tornando necessárias obras de irrigação que eram caras e que os antigos métodos individuais dos pioneiros não conseguiam dar conta. Dai surgiram grandes cidades, assim como os comandantes da indústria.<sup>133</sup>

*“The old democratic admiration for the self-made man, its old deference to the rights of competitive individual development, together with the stupendous natural resources that opened to the conquest of the keenest and the strongest, gave such conditions of mobility as enabled the development of the large corporate industries which in our own decade have marked the West”.*<sup>134</sup>

Essa diferença entre dois tipos de democracia, que primeiro havia aparecido como diferença entre suas regiões, representará para Turner fases distintas do desenvolvimento da democracia do Oeste. Nos primeiros tempos de avanço para o Oeste, o individualismo da fronteira era muito proeminente, mas num momento posterior, ocorreu o desenvolvimento do ideal industrial juntamente com o aumento da tendência social.<sup>135</sup> Isso porque as pessoas compreenderam ser necessário se associar a lideranças mais fortes para resolver seus problemas, que eram, segundo Turner, cada vez mais pessoas no Oeste lidando com áreas cada vez mais vastas. O individualismo permaneceu como *ideal* entre essas pessoas.<sup>136</sup> Para o historiador, essa é a explicação para o surgimento do que chamou dos “capitães da indústria”.<sup>137</sup> Turner se preocupa com a manutenção dos ideais pioneiros, principalmente o da democracia, com o fim das terras livres e com a ascensão desses capitães da indústria, teme que a democracia torne-se mais aparência do que realidade, mas o historiador acredita que esses capitães viveram em um Oeste com os ideais pioneiros, e que eles o manterão mesmo com o fim da fronteira porque carregam os ideais democráticos.<sup>138</sup>

Retornando à questão das figuras que personificam o Oeste, é importante fazer alguns comentários. Essa personificação tem uma relação direta com o individualismo da fronteira e com o ideal de autogoverno. O fronteiro, na *frontier thesis*, repudiava o controle e restrições vindos do governo, valorizava mais a ideia do direito personificado em alguém do que a máquina da justiça, que via como extremamente burocratizada e ineficaz.<sup>139</sup> De acordo com Turner, o fronteiro era intolerante com a lentidão da burocracia, e como resultado, preferiam expressar-se escolhendo um homem dentre os seus para representa-los a contar com

<sup>133</sup> Idem. Ibidem. p.272-273

<sup>134</sup> Idem. Ibidem. p.273

<sup>135</sup> Idem. Ibidem. p.274

<sup>136</sup> Idem. Ibidem. p.274

<sup>137</sup> Idem. Ibidem. p.274

<sup>138</sup> Idem. Ibidem. p.279

<sup>139</sup> Idem. Ibidem. p.269

constituições rebuscadas que consideravam ineficazes. É a partir disto Turner explica o sucesso de Andrew Jackson: ele personificava as características do Oeste e por isso era visto como representante dos fronteirios.<sup>140</sup> Tudo isso reforça a afirmação de que a democracia do Oeste não estava, a princípio, relacionada a instituições, mas isso não quer dizer que a democracia não chegasse a elas. Isso fica evidente em *Contribution...*, onde é possível perceber que, para Turner, a democracia faz um movimento que vai de baixo para cima: ela não surge nas instituições políticas ou em documentos como a Constituição, mas sim na fronteira, no acesso às terras livres do Oeste pelos pioneiros, mas ela não fica restrita ao espaço fronteiro, seus ideais afetam o Leste e a democracia chega às instituições através dos presidentes que personificavam os ideais do Oeste. Turner fala sobre isso ainda quando se refere a Thomas Jefferson, quando afirma que o presidente foi o “João Batista” da democracia com suas ações que representavam os ideais democráticos pioneiros, mas ainda sim não foi “seu Moisés”<sup>141</sup>. Ele afirma que “*Only with the slow setting of the tide of settlement farther and farther toward the interior did the democratic influence grow strong enough to take actual possession of the government.*”<sup>142</sup>, e isso só ocorrerá no período de Andrew Jackson. Com a constatação do fim da fronteira Turner sugerirá vários meios para a manutenção da democracia em seu país, e um deles será através das mãos do governo, questão que será melhor desenvolvida adiante.

A partir da análise dos artigos selecionados podemos tirar algumas conclusões sobre forma como Turner entendia a democracia americana. Mesmo ele não a tendo definido com precisão em seus artigos, é inquestionável que a democracia na *frontier thesis* está relacionada à igualdade de oportunidades econômicas. Para o historiador, a existência de um grande território no Oeste possibilitava a todos os americanos uma igualdade de oportunidade no acesso à terra. Além disso, a democracia não está necessariamente relacionada às instituições formais, ela é um produto da fronteira, ela é a oportunidade. Os ideais democráticos até podem chegar às instituições governamentais, como de fato chegam para Turner no momento em que Andrew Jackson chega à presidência, mas não é onde ela “nasce”. Neste sentido, é possível afirmar que, para Turner, a democracia faz um movimento que é ascendente, uma vez que nasce na fronteira e só depois chega ao Estado.

Como mencionado anteriormente, a crença na democracia é também um dos pilares constitutivos da identidade nacional americana. Ao tratar em sua *frontier thesis* da democracia

---

<sup>140</sup> Idem. Ibidem. p.269

<sup>141</sup> Idem. Ibidem. p.265

<sup>142</sup> Idem. Ibidem. p. 265-266

como um dos resultados da conquista do Oeste, Turner corrobora com a ideia de rompimento com as tradições políticas europeias, porque a democracia americana não é resultado do desenvolvimento de raízes vindas da Europa, mas sim um produto da própria experiência americana na fronteira.

### 3. UM PASSADO PRÁTICO

Como vimos anteriormente, na teoria de Turner, a democracia do Oeste foi o principal resultado da conquista da fronteira, mas Turner apresentou seu principal ensaio em 1893, em um momento em que não se podia mais falar da existência de terras livres, questão material fundamental para a existência da democracia de acordo com a sua *frontier thesis*. William Cronon, em *Revisiting the Vanishing Frontier*, enumerou algumas das principais críticas sofridas por Turner, e uma delas diz respeito ao fato de que a história do Oeste de Turner estava morta praticamente no momento em que nasceu, uma vez que sua teoria estava totalmente centrada na experiência de fronteira e foi escrita em um momento em que ela já não existia mais.<sup>143</sup>

Mas Turner não acreditava que os ideais democráticos estariam mortos após o fim da fronteira, e é possível encontrar em alguns de seus artigos ideias do historiador sobre como esses ideais se manteriam vivos. Neste capítulo buscaremos ver como Turner, mesmo sendo um historiador profissional, deixou de lado o ideal da objetividade e pensou sobre o futuro de seu país.

---

<sup>143</sup> CRONON, William. *Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner*. In. *The Western Historical Quarterly*, Vol. 18, No.2 (Apr., 1987), op. cit. p. 159.

### 3.1. A concepção de história de Turner

Em sua tese, Turner vinculava terras livres e democracia muito fortemente, e se preocupava com a manutenção da democracia após o fim da fronteira, mas, para o historiador, este fim não significava necessariamente que a principal instituição estadunidense estava com seus dias contados. Turner percebia diversas formas pelas quais os ideais democráticos dos pioneiros poderiam ser mantidos após o esgotamento das terras livres, e fez apontamentos para o futuro da democracia em seus artigos.

Como já explicitado na Introdução, esta é a principal razão para podermos entender a obra de Turner a partir do conceito de “passado prático” de Hayden White. Para White, o “passado prático” está relacionado à utilização das noções de passado que todos carregamos para resolver problemas práticos da vida diária, tanto de cunho pessoal quanto comunitário.<sup>144</sup>

Para utilizar o conceito de White neste trabalho é necessário antes refazer uma ressalva que já foi pontuada na Introdução: o historiador faz divisão muito firme entre “passado prático” e o que chamou de “passado histórico”, que é o construído pelos historiadores profissionais nas Academias e tem um fim em si mesmo, possuindo pouco ou nenhum valor para explicar o presente ou atuar sobre ele.<sup>145</sup> De acordo com White, as duas formas de passado estavam unidas até a profissionalização da história no século XIX, e a ruptura se dá quando a história se separa da retórica e das belas letras. A questão é que a antiga forma de escrita da história estava estruturada na retórica – que White define como “*a theory of composition by which a certain body of information was worked up for different practical uses, persuasion, incitement to action, inspiration of feelings of reverence or repulsion, etc.*”<sup>146</sup> –, era essencial para a vida em esfera pública, e a separação entre retórica e história tira a história do âmbito público.

Essa divisão torna a utilização do conceito de “passado prático” um tanto delicada, uma vez que não se aplica a todos os historiadores profissionais, como os “progressistas”, que se relacionaram com o passado tanto de uma forma “histórica” quanto “prática”. Turner é um exemplo disso, já que a sua *frontier thesis*, construída a partir de preceitos da história científica (“passado histórico”), foi utilizada no âmbito público para finalidades que estavam relacionadas ao presente, e de forma alguma estava encerrada em si mesma (“passado prático”). Por Turner estar tão preocupado com questões do presente, acredito que, fazendo as

---

<sup>144</sup> WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston, Northwestern University Press, 2014. op. cit. p. 9

<sup>145</sup> Idem. *Ibidem*. p.9

<sup>146</sup> Idem. *Ibidem*. p.8

devidas ressalvas, o conceito de “passado prático” pode contribuir para o entendimento da obra do historiador, mesmo que White o tenha cunhado para ser quase o antônimo de “passado histórico”.

Esta dimensão que é “prática” da obra de Turner – que são as alternativas pensadas para a manutenção da democracia após o fim da fronteira – nos possibilita perceber em que o historiador se diferencia de outros historiadores profissionais que eram seus contemporâneos, e para isso podemos partir da questão da “objetividade”, que é melhor desenvolvida pelo historiador Peter Novick, em *That Noble Dream*. Novick afirma que a objetividade foi um dos pilares para a profissionalização da história no final do século XIX nos Estados Unidos. Esse conceito esteve em disputa ao longo das diversas gerações de historiadores, e sendo assim, ele não é uma ideia única “*but rather a sprawling collection of assumptions, attitudes, aspirations, and antipathies.*”<sup>147</sup> Mesmo sendo um conceito em disputa e difícil de definir de forma fechada, Novick enumera alguns dos principais elementos que o formam:

“[...] a commitment to the reality of the past, and to truth as correspondence to that reality; a sharp separation between knower and known, between fact and value, and, above all, between history and fiction. Historical facts are seen as prior to and independent of interpretation: the value of an interpretation is judge by how well it accounts for the facts; if contradicted by the facts it must be abandoned. Truth is one, nor perspectival. Whether patterns exist in history are “found”, not “made”. Though successive generations of historians might, as their perspective shifted, attribute different significance to events in the past, the meaning of those events was unchanging.”<sup>148</sup>

O autor ainda afirma que o historiador profissional, comprometido com a objetividade, deve ser neutro e com julgamento desinteressado. Esse julgamento de forma alguma pode ser propagandista da causa que o historiador advoga porque a objetividade do trabalho de história corre um grande risco quando a história é escrita com propósitos utilitários.<sup>149</sup>

A partir da definição de “objetividade” que Peter Novick utiliza em seu trabalho, é possível perceber que Turner, ao longo do desenvolvimento de sua obra, acabou não seguindo as “determinações” deste que foi o principal pilar da profissionalização da disciplina histórica nos Estados Unidos. Além de ser possível perceber em seus textos as causas pelas quais advogava, o historiador nem sequer pretendia escrever uma história neutra, e isso fica evidente no ensaio mais teórico do historiador, *The Significance of History*. Para Turner era evidente que na escrita da história estava presente uma grande carga de subjetividade das concepções do próprio historiador que a escreveu, indo contra, de certa maneira, com o ideal

<sup>147</sup> NOVICK, Peter. *That Noble Dream – The ‘Objectivity Question’ and the American Historical Profession*. Cambridge: University Press, 2005. op. cit. p.1

<sup>148</sup> Idem. *Ibidem*. p.1-2

<sup>149</sup> Idem. *Ibidem*. p.2

rígido de objetividade do tempo da profissionalização. Afirmou que cada era escreve a história de seu passado com referência às condições de seu tempo, sendo a história “a biografia da sociedade em todos os seus aspectos”<sup>150</sup>. A história objetiva são os eventos por si só, mas a sua escrita está impregnada das concepções dos historiadores, que muda ao longo do tempo. Isso não significa, para Turner, que os eventos mudem porque eles são reais, o que muda é a compreensão sobre eles,<sup>151</sup> e essa compreensão muda ao longo dos séculos porque “o significado real dos eventos se desenvolve com o tempo”.<sup>152</sup> Suas afirmações sobre o aspecto subjetivo da escrita da história permitiram que alguns historiadores percebessem em Turner a presença de um certo relativismo, o que Peter Novick nega, isso porque Turner não negava a objetividade da história<sup>153</sup> como seus contemporâneos Becker e Beard farão após a Primeira Guerra Mundial. Para Novick, essa afirmação de que cada era escreve sua história de acordo com o seu tempo, não era mais do que uma sugestão de que questões contemporâneas podem direcionar a atenção dos historiadores para aspectos do passado antes negligenciados.<sup>154</sup>

Turner, assim como outros historiadores estadunidenses que viveram no mesmo período, foi enquadrado no grupo dos “Historiadores Progressistas”.<sup>155</sup> Esse grupo creditava que a história possibilita o entendimento do presente, assim como tem uma utilidade prática, não tendo um fim em si mesmo. Sobre os historiadores progressistas, Richard Hofstadter afirmou que “*intentaron encontrar un pasado utilizable, que se relacionara con las necesidades amplísimas de una nación lanzada por completo a su propia industrialización, y hacer que la historia constituyera un instrumento para el propio reconocimiento y mejora*”.<sup>156</sup> O comprometimento desses historiadores com uma reforma progressista (alguns de forma mais branda que outras – que é o caso de Turner), acabou por encaminhá-los para questões de usos da história no presente, o que ficou conhecido de forma pejorativa como “presentismo”.<sup>157</sup>

---

<sup>150</sup> TURNER, Frederick Jackson. O significado da História. Tradução: Arthur Lima de Avila. In. AVILA, Arthur Lima de. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.164

<sup>151</sup> Idem. Ibidem. p. 164-165

<sup>152</sup> Idem. Ibidem. p. 165

<sup>153</sup> NOVICK, Peter. That Noble Dream – The ‘Objectivity Question’ and the American Historical Profession. Cambridge: University Press, 2005. op. cit. p.104

<sup>154</sup> Idem. Ibidem. p.103

<sup>155</sup> Idem. Ibidem. p.92

<sup>156</sup> HOFSTADTER, Richard. Los historiadores Progresistas. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970. op. cit. p. 15.

<sup>157</sup> NOVICK, Peter. That Noble Dream – The ‘Objectivity Question’ and the American Historical Profession. Cambridge: University Press, 2005. op. cit. p.98

Arthur Lima de Avila afirma que o reformismo de Turner foi importante para a conformação de sua concepção de história. Para Turner, “[...] o presentismo era o ato de moldar as preocupações investigativas do historiador de acordo com as necessidades evocadas pelo contexto em que ele está inserido. No caso norte-americano de fins do século XIX, tratava-se de explanar o surgimento do capitalismo industrial e de avaliar suas consequências para o país, a partir das forças que o geraram”.<sup>158</sup> Essa concepção de história fica clara no trecho de “*The Significance of History*” onde pontua: “[...] o presente nada mais é do que o passado em desenvolvimento, o passado sendo o presente não desenvolvido”<sup>159</sup> – para o historiador, a história não é um conhecimento com um fim em si mesmo, encerrado no passado, mas sim com um fim no presente, o objetivo da história é entendimento de suas implicações no tempo presente, “a meta do historiador é o presente vivo”.<sup>160</sup> Avila destaca que na concepção teórica de Turner, “o passado e presente estavam dialeticamente interconectados na unicidade do devir histórico”,<sup>161</sup> e por isso acreditava em uma função social da história – o passado era capaz de dar respostas ao presente.<sup>162</sup>

Sobre esse aspecto progressista da obra de Turner é precisa fazer uma ressalva: Turner não era um revolucionário que pretendia abalar o *status quo* de seu país, muito pelo contrário, era um conservador, de acordo com Hofstadter, o mais conservador dentre os historiadores progressistas.<sup>163</sup> Turner via a história como um instrumento para um reformismo brando do sistema, e não para acabar com o capitalismo.<sup>164</sup>

Outra questão importante da obra de Turner, que o diferencia dos historiadores que escreveram antes e até seus contemporâneos, está relacionada aos atores da história. Na sua *frontier thesis*, quem constrói os Estados Unidos são os fronteirços que vão em direção ao Oeste para recomeçar suas vidas. Esses fronteirços são uma massa de anônimos que foram responsáveis pela formação de seu país. Essa concepção vai de encontro à visão de que são os “Grandes Homens” que fazem a história, uma das características da história política escrita até então. Cronon afirmou que Turner “[...] argued for a history that would study not just

<sup>158</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.57

<sup>159</sup> TURNER, Frederick Jackson. O significado da História. Tradução: Arthur Lima de Avila. In. AVILA, Arthur Lima de. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.165

<sup>160</sup> Idem. Ibidem. p.165

<sup>161</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.51

<sup>162</sup> Idem. Ibidem. p.51

<sup>163</sup> HOFSTADTER, Richard. Los historiadores Progresistas. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970. op. cit. p.13

<sup>164</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.57



*politics and elites, but the social history of ordinary people: 'the focal point of modern interest,' he wrote, 'is the fourth estate, the great mass of the people'.*<sup>165</sup> Para fazer uma história da grande massa da população, haveria que se voltar a outros campos ignorados até então, como a literatura, política, economia, religião e cultura.<sup>166</sup> Para isso, Turner utilizou novas fontes, como mapas estatísticos, documentos regionais, guias para viajantes, relatos de pioneiros e diários de viagens.<sup>167</sup> Esses materiais, feitos por homens brancos e que muitas vezes eram de propaganda do Oeste para colonos, obviamente tinham suas limitações, muitas vezes ignoravam a existência de indígenas naquela região ou minimizavam o conflito entre eles e os brancos.<sup>168</sup> Mas, mesmo assim, a utilização destes documentos “não oficiais” configurou uma inovação na escrita da história, uma vez que os historiadores profissionais, envolvidos com a história política, utilizavam os documentos oficiais como fonte.

Turner, assim como os outros historiadores progressistas, teve grande importância para a escrita da história profissional de princípios do século XX pelas inovações que trouxe para o campo na forma de pensar a história e escrevê-la, o que o diferenciava dos historiadores que escreviam história política. Sendo assim, é possível parafrasear Peter Novick que afirmou que os historiadores progressistas eram “novos” não apenas metodologicamente, mas também ideologicamente.<sup>169</sup> William Cronon faz um apontamento neste sentido em um artigo onde busca demonstrar os motivos pelos quais o “paradigma Turneriano” permanece na história estadunidense, onde afirma que o principal motivo são essas inovações teóricas que até hoje são questões muito importante e que continuam em voga, mas que aparecem sob um vocabulário diferente,<sup>170</sup> como a história social, a quantificação, a história como problema, os estudos interdisciplinares, a história local, assim como um passado utilizável, etc.<sup>171</sup>

Apesar do grande sucesso que a tese de Turner fez no meio acadêmico, ela não ficou restrita a esse espaço. A *frontier thesis* também teve grande aceitação entre o público não especializado, e podemos pensar essa aceitação como um dos reflexos da forma singular como Turner desenvolveu sua tese.

---

<sup>165</sup> TURNER apud CRONON, William. Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner. In. The Western Historical Quarterly, Vol. 18, No.2 (Apr., 1987), p. 159. op. cit. 161

<sup>166</sup> Idem. Ibidem. p.161

<sup>167</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.117

<sup>168</sup> Idem. Ibidem. p.117

<sup>169</sup> NOVICK, Peter. That Noble Dream – The ‘Objectivity Question’ and the American Historical Profession. Cambridge: University Press, 2005. op. cit. p.92

<sup>170</sup> CRONON, William. Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner. In. The Western Historical Quarterly, Vol. 18, No.2 (Apr., 1987). op. cit. p.161

<sup>171</sup> Idem. Ibidem. p.161

Essa aceitação fica evidente quando percebemos os usos políticos feitos da *frontier thesis* fora da Academia, como, por exemplo, sua utilização para justificar ações imperialistas por políticos e capitalistas. Dentre as diversas explicações possíveis para a obra de Turner não ter ficado restrita ao ambiente universitário, é possível recorrer à afirmação de Richard Slotkin em *The Fatal Environment*, onde pontua que a linguagem do Mito da Fronteira tornou-se parte da linguagem comum do estadunidense, sem haver uma necessidade de uma explicação para ser compreensível,<sup>172</sup> podendo esta ser uma das respostas para o fácil acesso que o “público não especializado” teve à tese. Outro fator de importância central é a eloquência de Turner, estudada mais profundamente por Ronald Carpenter, que a entende como questão central para se entender o impacto que a *frontier thesis* teve sobre a psique americana.<sup>173</sup>

A eloquência de Turner foi desenvolvida ao longo de sua vida. O historiador ganhou prêmios, ainda no *high school*, pela qualidade de sua oratória, mantendo o seu interesse sobre o assunto durante o período em que esteve na Universidade, onde estudou retórica, assistiu palestras, guardou notas sobre os discursos que ouviu e também ganhou prêmios. Este foi um momento importante para o desenvolvimento do estilo de Turner que seria empregado nas suas pesquisas históricas, uma vez que cedo percebeu que havia lugar para a retórica na escrita da história,<sup>174</sup> como o emprego de figuras de linguagem, sendo as antíteses as suas favoritas. “Moreover, the study of rhetoric was being viewed as a vehicle for the development of techniques for written discourse rather than oratory”.<sup>175</sup> A importância de se destacar a escrita estilística em Turner é que ela não tem um fim em si mesma – a eloquência é uma forma de persuadir o leitor.

Carpenter percebe o impacto que a obra de Turner teve sobre leitores não especializados, principalmente o ensaio *The Significance*’ através de materiais escritos por esses leitores, como cartas para Turner, e após sua morte, para sua família, dentre outros.<sup>176</sup> O texto de Turner chama a atenção pela presença de figuras de linguagem que tornam a leitura mais interessantes, como o uso de antíteses e repetições paralelas,<sup>177</sup> mas além disso, a obra

---

<sup>172</sup> SLOTKIN, Richard. *The Fatal Environment: The Myth of the Frontier in the Age of Industrialization 1800-1890*. New York, University of Oklahoma Press, 1985. p.18

<sup>173</sup> CARPENTER, Ronald. *The Eloquence of Frederick Jackson Turner*. San Marino, The Huntington Library, 1983. p.3

<sup>174</sup> Idem. *Ibidem*. p.9

<sup>175</sup> Idem. *Ibidem*. p.19

<sup>176</sup> Idem. *Ibidem*. p.53

<sup>177</sup> Idem. *Ibidem*. P.56

de Turner é persuasiva por confirmar os mitos norte-americanos, confirmando uma auto-consciência nacional.<sup>178</sup>

Avila afirma que, neste sentido, “a retórica de Turner preenche as lacunas deixadas pela investigação nas fontes primárias, funcionando como mais um dos elementos de legitimação de sua escrita [...]”,<sup>179</sup> e que sendo assim, existe uma relação dialética entre o Mito da Fronteira e a *frontier thesis*, já que o mito busca sua confirmação na narrativa científica da *frontier thesis* e esta preenche suas lacunas a partir do mito.<sup>180</sup> Estes recursos ficam mais evidentes em textos que foram destinados ao grande público do que nos seus trabalhos acadêmicos, onde é mais cauteloso e segue mais os padrões da escrita científica, o que para Avila significa que há uma diferença nos modos encontrados por Turner para persuadir diferentes leitores, “no caso da academia, a narrativa desenvolve-se da maneira consagrada pela história-ciência do século XIX, isto é, as fontes são referenciadas, as arestas literárias são podadas e o historiador mantém uma linguagem sóbria, analítica e bastante cautelosa quanto a conclusões mais apressadas”<sup>181</sup>. Já nos textos destinados ao público não especializado, “[...] o que dá coerência para a audiência não é nem tanto a pesquisa, que fica implícita, mas a composição da narrativa e da construção da intriga [...]”<sup>182</sup>.

A aceitação de Turner tanto na Academia quanto fora permitiu que se fizessem vários usos de sua tese, como a sua utilização por presidentes para justificar a expansão além-mar em prol dos interesses econômicos estadunidenses. Por conta destas interpretações simplistas, a obra de Turner foi confundida por muitos estudiosos como apologética do vigor como se impunha o imperialismo norte-americano, o que por si só justifica retomar as pesquisas sobre a importância do historiador examinando sua produção em primeira mão.

### 3.2. Apontamentos para o futuro

A eminência do fim da existência de uma linha de fronteira nos Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX, assim como a sua constatação na década de 1890, gerou uma onda de ansiedade entre a população americana e fez com que os estadunidenses fossem

---

<sup>178</sup> Idem. Ibidem. P.60

<sup>179</sup> AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006. op. cit. p.111

<sup>180</sup> Idem. Ibidem. p.111

<sup>181</sup> Idem. Ibidem. p.114

<sup>182</sup> Idem. Ibidem. p.115

obrigados a encarar algumas questões latentes de seu país.<sup>183</sup> David Wrobel, em seu livro *The end of American Exceptionalism – frontier anxiety from the Old West to the New Deal*, buscou entender essa ansiedade que estava relacionada à uma visão de que era existência de terras livres o que fazia dos Estados Unidos um país único, “excepcional”.<sup>184</sup> Essa visão surgiu com força após a independência dos Estados Unidos, e ficou conhecida como “mito do jardim”, onde acreditava-se que era a vida agrária, simples, possibilitada pela grande quantidade de terras livres existentes no Oeste, o que tornava os Estados Unidos diferentes da Europa corrupta<sup>185</sup>:

*“The image of the New World as an agrarian utopia peopled by sturdy yeoman farmers was a strong and enduring one, based on the notion that America could remain indefinitely in a state of arcadian bliss and avoid the less idyllic circumstances of the Old World. And as American realities changed, the ‘myth of the garden’ became a more influential symbol of America. This phenomenon is explained in part by the peculiar set of circumstances that fostered the myth.”*<sup>186</sup>

Partindo dessa visão de que a excepcionalidade dos Estados Unidos estava ligada à terra, o fim da linha de fronteira foi acompanhado pela discussão pública de algumas questões que, na visão de alguns intelectuais, poderiam se tornar problemas no momento em que não houvessem mais terras livres a recorrer. Dentre essas questões estava a preocupação com a quantidade de imigrantes que o país recebia anualmente. Muitos defendiam a restrição da imigração e do acesso à terra pelos imigrantes para que estas fossem ocupadas por americanos.<sup>187</sup> Também temia-se que esses imigrantes não pudessem mais ser assimilados, uma vez que o acesso à terra era visto como um fator de americanização;<sup>188</sup> outro medo, que de certa forma estava relacionado à imigração, era a possibilidade da produção agrícola do país deixar de ser suficiente para alimentar toda a sua população. A população dos Estados Unidos crescia exponencialmente (pela reprodução endógena e imigração) e temia-se que chegasse a um ponto em que a ausência de territórios para a expansão combinada ao crescimento demográfico resultasse em uma onda de fome no país;<sup>189</sup> o futuro da democracia também era encarado com apreensão, isso porque havia uma crença de que a fronteira, que possibilitava o acesso a terras baratas, era o que fomentava a democracia.<sup>190</sup> Em meio a esses temores, intelectuais e políticos sugeriam possibilidades de “soluções internas”, como a

<sup>183</sup> WROBEL, David M. *The end of American Exceptionalism – frontier anxiety from the Old West to the New Deal*. Kansas, University Press of Kansas, 1993.

<sup>184</sup> Idem. *Ibidem*. p. VIII

<sup>185</sup> Idem. *Ibidem*. p.6

<sup>186</sup> Idem. *Ibidem*. p.5

<sup>187</sup> Idem. *Ibidem*. p.5

<sup>188</sup> Idem. *Ibidem*. p.19

<sup>189</sup> Idem. *Ibidem*. p.34

<sup>190</sup> Idem. *Ibidem*. p.5

irrigação de terras áridas pelo governo, para que estas se tornassem mais produtivas,<sup>191</sup> e a restrição da imigração;<sup>192</sup> e “soluções externas”, como a aquisição de novos territórios e a expansão comercial além-mar.<sup>193</sup>

David Wrobel afirma que há muitos e excelentes estudos sobre esse clima de ansiedade do final do século XIX, mas nesses estudos, esse clima está sempre relacionado a Turner, assim como as manifestações de preocupação com a fim da fronteira escritas após a apresentação de sua tese são interpretadas como sendo baseadas no trabalho de Turner,<sup>194</sup> ignorando que a preocupação com o fim da fronteira já existia antes da *frontier thesis* ser escrita. Wrobel não questiona a originalidade da obra do historiador, mas afirma que “*ideas do not spring to mind fully formed, and Turner would certainly not have claimed that of his frontier thesis. Instead, I suggest that Turner’s writings were symptomatic of a wider frontier anxiety that emerged in embryonic form in the 1870s and became more pronounced in the succeeding decades*”.<sup>195</sup> Sendo assim, ao pensarmos a obra de Turner, precisamos entendê-la dentro deste contexto maior de ansiedade causado pelo fim das terras livres, e perceber que esse contexto acabou influenciando no desenvolvimento de sua *frontier thesis*.

\*\*\*

A percepção das mudanças das últimas décadas do século XIX e suas possíveis consequências aparecem de forma bastante nítidas em *Contributions of the West to American Democracy*, onde Turner afirma que o momento em que vive é uma época de profundas transformações econômicas e sociais, transformações que devem ser levadas em consideração para o entendimento de seus efeitos na democracia estadunidense, questão que mais o preocupava com o fim da oferta de terras livres.

O historiador pontua quatro grandes mudanças que ocorreram no decorrer de uma década que “*taken together they constitute a revolution.*”.<sup>196</sup> A primeira foi o fim da oferta de terras gratuitas e do movimento em direção ao Oeste<sup>197</sup>; a segunda foi concentração de capital sob o controle das indústrias de base, resultando em uma nova época no desenvolvimento econômicos dos Estados Unidos<sup>198</sup>; a terceira foi a expansão política e comercial dos Estados

---

<sup>191</sup> Idem. Ibidem. p.259

<sup>192</sup> Idem. Ibidem. p.48

<sup>193</sup> Idem. Ibidem. p.53

<sup>194</sup> Idem. Ibidem. p.3

<sup>195</sup> Idem. Ibidem. p.3

<sup>196</sup> TURNER, Frederick Jackson. *Contributions of the West to American Democracy*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit .p. 259

<sup>197</sup> Idem. Ibidem. p.259

<sup>198</sup> Idem. Ibidem. p.260

Unidos para além-mar, e afirma que “*Having completed the conquest of the wilderness, and having consolidated our interests, we are beginning to consider the relations of democracy and empire.*”<sup>199</sup>; e a quarta mudança diz respeito aos partidos políticos, que tendem a dividir-se a respeito de questões que envolvem o socialismo.<sup>200</sup>

A partir da constatação dessas mudanças, onde a mais impactante é o fim das terras livres, Turner faz a seguinte pergunta: “*Under the forms of the American democracy is there in reality evolving such a concentration of economic and social power in the hands of a comparatively few men as may make political democracy an appearance rather than a reality?*” e completa respondendo que “*It is to the realm of the spirit, to the domain of ideals and legislation, that we must look for Western influence upon democracy in our own days.*”<sup>201</sup> Por mais que temesse as consequências do fim da fronteira para a democracia, Turner não acreditava que ela fosse deixar de existir porque o país encontraria meios pelos quais esses ideais permaneceriam vivos. No sub-tópico a seguir, trataremos de alguns desses meios pelos quais o historiador acreditava que os ideais permaneceriam vivos.

### 3.2.1. Contínua expansão

Dentre as formas pelas quais Turner acreditava que a democracia permaneceria viva, a contínua expansão foi a que ficou mais conhecida, até porque foi muito utilizada por estadistas para embasar cientificamente o imperialismo estadunidense. Essa alternativa já aparece no principal ensaio do historiador, onde apresenta a *frontier thesis*, *The Significance of the Frontier in American History*, mas de forma bastante rápida e superficial.

*He would be a rash prophet who should assert that the expansive character of American life has now entirely ceased. Movement has been its dominant fact, and, unless this training has no effect upon a people, the American energy will continually demand a wider field for its exercise. But never again will such gifts of free land offer themselves.*<sup>202</sup>

A contínua expansão aparecerá mais claramente em outro de seus ensaios, *The Problem of the West*, onde o historiador, ao afirmar que a expansão em direção ao Pacífico havia chagado ao fim, diz não acreditar que essas “energias expansionistas” terminariam, uma vez

---

<sup>199</sup> Idem. Ibidem. p.261

<sup>200</sup> Idem. Ibidem. p.261

<sup>201</sup> Idem. Ibidem. p.276

<sup>202</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.42

que até o momento elas haviam sido o motor do desenvolvimento estadunidense.<sup>203</sup> O historiador escrevia em um momento em que seu país já havia iniciado ações imperialismo em países da América Latina, e essa “expansão por influência”<sup>204</sup> que aparece em *The Problem of the West* é para Turner indício de que o movimento continuaria<sup>205</sup>. Sobre esta questão, Avila afirma que Turner “[...] não só diagnostica o problema, mas também fornece o remédio: a expansão ultramarina em direção à Ásia e ao Caribe, e a consequente abertura de novas fronteiras, era uma das possibilidades de manutenção do espírito expansionista e do equilíbrio perdido”.<sup>206</sup>

Desde antes de Turner escrever sua *frontier thesis*, já estava presente no imaginário dos estadunidenses uma ideia de que eles estavam destinados a conquistar todo o território americano para levar a democracia e a civilização, isso porque a Providência Divina os havia destinado àquele território. Esta crença ficou conhecida como Destino Manifesto, e foi utilizada para justificar o expansionismo estadunidense ao Oeste, e mais tarde o seu imperialismo no resto do mundo. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1845 pelo jornalista John O’Sullivan, no contexto da guerra pela anexação do Texas, mas a ideia de superioridade e predestinação precede a formação da nação.<sup>207</sup> Ela vem com os Puritanos, que imaginavam estar construindo nas terras do Novo Mundo uma Nova Jerusalém, sem os vícios da Babilônia europeias.<sup>208</sup> Essa ideia de superioridade e a própria marcha para o Oeste acabam sendo formadores de identidade, uma vez que dão um destino comum a todos os americanos, tanto no passado quanto no presente: o de conquistar o continente.

A ideia de um Destino Manifesto também está presente na obra de Turner, que é o que justifica a conquista das terras livres e a contínua expansão. Mas não podemos esquecer que Turner era um historiador profissional, por essa razão, em sua tese não é Deus quem predestina o território aos americanos, já que em uma narrativa histórica profissional o elemento divino não é considerado, mas é a *própria ação* dos estadunidenses e o seu espírito democrático que os autoriza na expansão para o Oeste, é a partir do choque entre civilização e

---

<sup>203</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The Problem of the West*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.234

<sup>204</sup> Idem. *Ibidem*. p.234

<sup>205</sup> Idem. *Ibidem*. p.234

<sup>206</sup> AVILA, Arthur Lima. *História e Destino: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner*. Ver. *Cena Int.* 7, 2005. op. cit. p.155

<sup>207</sup> JOHANNSEN, Robert. Introduction, in. *Manifest Destiny and Empire, American Antebellum expansionism*. Org: HAYNES and MAY. Texas, Texas A&M University Press, 2008.

<sup>208</sup> AVILA, Arthur Lima. *História e Destino: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner*. Ver. *Cena Int.* 7, 2005. op. cit. p.156

selvageria que surge a democracia excepcional do norte-americano.<sup>209</sup> Sendo assim, a tese de Turner carrega muitos elementos dessa crença na excepcionalidade do povo estadunidense.

Durante o século XIX, diversas manifestações culturais carregavam a ideia de que a Providência havia concedido aos americanos todo o continente, e que a nação rumava em direção ao Pacífico superando todas as barreiras naturais (que incluíam os indígenas), e realizavam seu destino de ocupar o território.<sup>210</sup> O Mito da Fronteira, que englobava o Destino Manifesto era, de acordo com Avila, “[...] um dos principais veículos ideológicos através dos quais os estadunidenses concebiam sua experiência histórica e sua relação com os ‘outros’.”<sup>211</sup> O Mito da Fronteira é uma forma de racionalizar as pretensões expansionistas dos Estados Unidos, e cria uma história que é anterior à própria história do país.<sup>212</sup> Turner deu uma autorização científica a essa narrativa, “tudo o que o historiador precisou fazer foi explicar aos norte-americanos o ‘significado’ dessa experiência histórica. A consequência foi a criação de um ‘Estados Unidos historiográfico’ onde ‘história’ e ‘destino’ podem ser entendido como sinônimos. A obra de Turner é repleta de passagens nitidamente teleológicas que confirmam a vocação imperial da América”.<sup>213</sup>

### 3.2.2. Manutenção pelos capitalistas

Uma segunda forma que podemos destacar para o que Turner acreditou que pudesse ser um meio para que os ideais democráticos fronteiriços permanecessem vivos foi a ideia de que os capitalistas que haviam “se feito” no Oeste poderiam ser possíveis “mantenedores” desses ideais, uma vez que eles haviam construído suas riquezas na fronteira, através da democracia da liberdade de oportunidades fronteiriça. Essa ideia aparecerá no próprio ensaio em que Turner se propõe a discutir mais precisamente as influências do Oeste na democracia estadunidense, *Contributions of the West to American Democracy*.

Neste ensaio, Turner afirma que boa parte dos americanos um dia foi pioneiro, e quem não foi, teve pais fronteiriços. Como já mencionado acima, para o historiador, a ida para o Oeste e a experiência da democracia formam uma maneira de entender o mundo, e essa

---

<sup>209</sup> ÁVILA, Arthur Lima de. Território Contestado: a reescrita da história do Oeste norte-americano (c.1985-c.1995). Dissertação de Mestrado defendida em 2010 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. op. cit. p. 36-37.

<sup>210</sup> AVILA, Arthur Lima. História e Destino: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner. Ver. Cena Int. 7, 2005. op. cit. p. 156

<sup>211</sup> Idem. Ibidem. p.156

<sup>212</sup> Idem. Ibidem. p.156

<sup>213</sup> Idem. Ibidem. p.157



maneira de entender o mundo dos pioneiros foi herdada pelos seus filhos.<sup>214</sup> A questão dos capitalistas que mantêm os ideais pioneiros vai neste sentido: muitos foram os que se tornaram grandes personalidades da indústria e do capital na disputa pelos recursos do Oeste, e mesmo estes vieram do meio dessa sociedade, e por isso continuam a professar os princípios fronteiriços.<sup>215</sup>

Esses capitalistas que se fizeram no Oeste são a imagem perfeita da ideia de *self-made man*. Eram homens que haviam saído pobres do Leste, muitas vezes ainda crianças, e que através de seu trabalho duro conseguiram fazerem-se grandes magnatas da indústria, tudo através de grande esforço. Turner dá diversos nomes como exemplo, dentre eles estão John D. Rockefeller, Marcus Hanna, Claus Spreckles, Marshall Field, Andrew Carnegie, etc. Sobre este último, que foi um grande magnata da indústria do aço, Turner afirmou que “*Whatever may be the tendencies of [his] corporation, there can be little doubt of the democratic ideals of Mr. Carnegie himself.*”<sup>216</sup>, isso porque o empresário investiu milhões de dólares promovendo bibliotecas ao longo de todo o Estados Unidos, e para Turner, o movimento de promoção de bibliotecas tem um efeito enorme na manutenção da democracia.<sup>217</sup>

Turner fala que os “grandes gênios” da indústria moderna foram treinados no meio de uma sociedade democrática, e que eles mesmos foram o resultado dessas condições democráticas, uma vez que “*freedom to rise was the very condition of their existence*”,<sup>218</sup> da democracia do Oeste. E é isso que faz da democracia estadunidense algo tão genuíno, para o historiador, ela não é uma ordem artificial que surge de uma legislação,<sup>219</sup> mas sim surge dessa igualdade de possibilidades e liberdade das pessoas de crescer – igualdade de possibilidades que permitiu que homens pobres conseguissem se tornar grandes industriais.

Em outro artigo, *Pioneer Ideals and the State University*, Turner fala que um dos ideais dos pioneiros era o do desenvolvimento pessoal, livre das restrições governamentais.<sup>220</sup> Ao ir para o Oeste, os pioneiros encontravam um grande contingente de terras livres, mas apenas os mais perspicazes e fortes conseguiam as melhores terras e recursos naturais, mas também as

---

<sup>214</sup> TURNER, Frederick Jackson. Contributions of the West to American Democracy. In: The Frontier in American History. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.279

<sup>215</sup> Idem. Ibidem. p.279

<sup>216</sup> Idem. Ibidem. p.280

<sup>217</sup> Idem. Ibidem. p.280

<sup>218</sup> Idem. Ibidem. p.281

<sup>219</sup> Idem. Ibidem. p.281

<sup>220</sup> TURNER, Frederick Jackson. Pioneer Ideals and the State University. In: The Frontier in American History. New York Henry Holt and Company. p.287

melhores oportunidades oferecidas em uma sociedade em formação.<sup>221</sup> “*Here were mill sites, town sites, transportation lines, banking centers, openings in the law, in the politics – all the varied chances for advancement afforded in a rapidly developing society where everything was open to him who knew how to seize the opportunity.*”<sup>222</sup> Sendo assim, Turner entendia que as oportunidades do Oeste não estavam relacionadas apenas ao acesso às terras livres, mas também era o lugar perfeito para os melhores “se fazerem”. Esses *self-made men* são caracterizados por Turner como homens que desprezam as instituições governamentais “*he was impatient of any governmental restriction upon his individual right to deal with the wilderness*”.<sup>223</sup> A democracia nasce no Oeste justamente por conta dessa liberdade de oportunidades, e qualquer intervenção do governo nesse momento de conquista do Oeste é percebida como um ataque à liberdade individual, alma do que Turner entendia pela democracia estadunidense. A interferência do governo era vista como uma interferência na liberdade de um indivíduo de se fazer.<sup>224</sup>

Mas, para o historiador, ainda faltava determinar se esse capitalista filho do Oeste, “[...] *a type of industrial leader so powerful as to be the wonder of the world*” seria uma ameaça para as instituições democráticas, “*or the most efficient factor for adjusting democratic control to the new conditions.*”<sup>225</sup>, questão colocada em *Contributions of the West to American Democracy*. Turner não responde essa questão de forma direta, mas no lugar disso faz um elogio tão grande ao poder dos ideais democráticos estadunidenses e de sua capacidade de sobrevivência, que podemos perceber que ele acreditava mais na segunda opção, principalmente porque termina este ensaio afirmando que a história da formação da democracia estadunidense é um dos capítulos maravilhosos da história da humanidade, que toda vez que a instituição esteve ameaçada, a sociedade abriu novas províncias para fortalecer novamente a democracia,<sup>226</sup> arrumando uma forma de manter viva a principal instituição dos Estados Unidos, o que não será diferente após o fim das terras livres.

---

<sup>221</sup> Idem. Ibidem. p.287

<sup>222</sup> Idem. Ibidem. p.287

<sup>223</sup> Idem. Ibidem. P.287

<sup>224</sup> Idem. Ibidem. P 288

<sup>225</sup> TURNER, Frederick Jackson. *Contributions of the West to American Democracy*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit. p.282

<sup>226</sup> Idem. Ibidem. P.282-283

### 3.2.3. Manutenção pelas universidades estaduais

Das formas que Turner pensou que seriam meios para os ideais democráticos estadunidenses permanecerem vivos, talvez a mais interessante seja a permanência através dos estadistas formados em universidades estaduais, e essa ideia é desenvolvida no artigo citado anteriormente *Pioneer Ideals and The State University*. Essa ideia representa uma mudança na forma de perceber a relação entre democracia e governo que ocorre quando a oferta de terras livres está mais limitada – se antes a democracia era entendida como uma instituição que nascia com os fronteirizos na ida para o Oeste sem a interferência do Estado, que era visto pelos fronteirizos mais como um empecilho, agora ele será visto como um dos meios pelos quais os ideais democráticos poderão ser assegurados. Mas para entendermos essa mudança de percepção, antes é necessário entendermos o que a provocou.

Diversos foram os ideais dos pioneiros que conquistaram as terras em direção ao Pacífico, como o ideal de descobrir e conquistar terras novas, o do desenvolvimento pessoal, livre das ações governamentais, e o principal na concepção de Turner, o ideal da democracia.<sup>227</sup> A democracia estava inicialmente relacionada ao livre acesso à terra sem interferência do Estado, que era visto pelos fronteirizos como uma instituição que mais atrapalhava o livre desenvolvimento da democracia do que ajudava. Essa visão sobre as instituições governamentais sofrerá uma mudança após o a Guerra de Secessão, quando as estradas de ferro “iniciaram seu trabalho como colonizadoras”.<sup>228</sup> A quantia de terras era enorme, e essas terras demandavam compradores, que tiveram seu caminho aberto pelas ferrovias “*Their land grants from the government, amounting all together by 1871 to an area five times that of the State of Pennsylvania, demanded purchasers, and so the railroads pioneered the way for the pioneer*”.<sup>229</sup> O *homestead act* aumentou o contingente de colonizadores que foram para o Oeste, e o acesso a maquinários agrícolas possibilitou que eles explorassem as pradarias de forma mais efetiva.<sup>230</sup> Turner afirma que duas coisas resultaram dessas mudanças que modificariam profundamente os ideais pioneiros:

*“In the first place the new form of colonization demanded an increasing use of capital; and the rapidity of the formation of towns, the speed with which society developed, made man the more eager to secure bank credit to deal with the new West. This made the pioneer more dependent on the eastern economic forces. In the*

<sup>227</sup> TURNER, Frederick Jackson. *Pioneer Ideals and the State University*. In: *The Frontier in American History*. New York Henry Holt and Company. op. cit.

<sup>228</sup> Idem. *Ibidem*. p.291

<sup>229</sup> Idem. *Ibidem*. p.291

<sup>230</sup> Idem. *Ibidem*. p.291

*second place the farmer became dependent as never before on transportation companies. In this speculative movement the railroads, finding that they had pressed too far in advance and had issued stock to freely for their earnings to justify the face of the investment, came into collision with the pioneer on the question rates and of discrimination.*<sup>231</sup>

Assim que o pioneiro começou a encarar os problemas dessa nova forma de colonização – como o da magnitude das terras que estava ocupando, o de ajustar sua vida às modernas forças do capital e do complexo processo produtivo, de perceber que o seu sucesso era limitado pela questão do crédito, moeda, transporte e distribuição –, o pioneiro passou a ver na legislação uma ajuda,

*“he began to lose his primitive attitude of individualism, government began to look less like a necessary evil and more like an instrument for the perpetuation of his democratic ideals. In brief, the defenses of the pioneer democrat began to shift, from free land to legislation, from the ideal of individualism to the ideal of social control through regulation by law”*<sup>232</sup>

O mesmo ocorreu nas zonas áridas, onde o Estado teve de promover um sistema de irrigação para que aquelas áreas pudessem ser ocupadas por colonos que muitas vezes acabavam indo para o Canadá atrás de terras livres para se estabelecerem com suas famílias, *“the pioneer of the arid regions must both a capitalista and the protégé of the government”*.<sup>233</sup> Essas questões acabam por contribuir para a mudança de relação que os fronteirizos tinham com Estado, que começa a ser visto como uma instituição que auxilia na manutenção do ideal pioneiro da democracia a partir do momento em que a colonização do Oeste passou a ser um empreendimento mais difícil de ser feito sozinho.

Turner afirma que essa nova percepção começa a ganhar mais força com o fim das terras livres, é quando grupos de reformistas de diversas tendências políticas começam a enfatizar a necessidade de uma regulação governamental das tendências industriais em favor do homem comum, já que temem que a sociedade e ideais democráticos americanos estejam ameaçados pelas próprias condições que fizeram essa aparente prosperidade, uma vez que não há mais territórios a serem conquistados para assegurar que essa forma de sociedade não morra.<sup>234</sup> É aqui que para o historiador entra o papel das universidades estaduais.

Citando Pritchett, presidente da Carnegie Foundation, Turner afirma que em nenhuma outra forma de atividade popular uma nação revela tão claramente os seus ideais<sup>235</sup>. Para Turner, é impressionante a forma como a democracia pressiona as universidades a adaptarem-

---

<sup>231</sup> Idem. Ibidem. p.291

<sup>232</sup> Idem. Ibidem. p.292

<sup>233</sup> Idem. Ibidem. p.294

<sup>234</sup> Idem. Ibidem. p.295 -296

<sup>235</sup> Idem. Ibidem. p.297

se às necessidades de seu povo. Nelas são formados advogados, administradores, homens públicos, jornalistas, etc. todos sob o ideal de servir à democracia.<sup>236</sup> Sendo assim, as universidades estaduais formariam os homens que serviriam à vida pública “*by training in science, in law, politics, economics and history the universities may supply from ranks of democracy administrators, judges and experts for commissions who shall disinterestedly and intelligently mediate between contending interests*”<sup>237</sup>, mas a formação desses homens por universidades do Estado não era a única forma delas auxiliarem na manutenção da democracia, o conhecimento científico auxiliaria também nas questões mais práticas de aumento de produção após o fim das terras livres:

*“scientific farming must increase the yield, scientific forestry must economize the woodlands, scientific experiment and construction by chemist, physicist, biologist and engineer must be applied to all of nature’s forces in our complex modern society. The test tube and the microscope are needed rather than ax and rifle in this new ideal of conquest”*.<sup>238</sup>

Pensar formas de aumentar a produção agrícola é sintomático da ansiedade gerada pelo fim da fronteira, onde um dos temores era uma onda de fome no país, causada pela ausência de terras livres para a expansão e o aumento demográfico. As universidades não são para Turner apenas um lugar para a formação de estadistas, mas também de inovações técnicas, sendo ambas as formas de manter a democracia, já que a segunda proveria de forma artificial os recursos antes adquiridos na fronteira.

---

<sup>236</sup> Idem. Ibidem. p.298

<sup>237</sup> Idem. Ibidem. p.299

<sup>238</sup> Idem. Ibidem. p.299

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Turner certamente foi um historiador incomum. Escreveu durante os anos de profissionalização da história nos Estados Unidos, onde a objetividade na escrita da história era um dos pilares nos quais a disciplina se tornou uma ciência. O historiador de Wisconsin era um historiador profissional, uma vez que desenvolveu sua *frontier thesis* dentro dos métodos estabelecidos para a escrita de uma pesquisa científica, mas reconhecia que era difícil alcançar o ideal da objetividade, já que o texto histórico está impregnado da subjetividade do historiador que o escreveu.

A *frontier thesis* foi escrita no contexto de consolidação do Estado-nacional nos Estados Unidos, projeto burguês para o desenvolvimento do capitalismo do país, que levaria mais de cem anos para estar consolidado. Dentro deste projeto estava a construção de uma identidade nacional americana, que foi feita através da busca de elementos que fizessem com que todos os americanos, por mais que tivessem suas identificações regionais, reconhecessem-se entre si como membros de uma mesma nação. Ao mesmo tempo em que esse Estado-nacional americano se consolidava, a linha de fronteira existente no Oeste chegava ao fim, e os Estados Unidos se colocavam internacionalmente como uma potência mundial, iniciando ações imperialistas na América Latina.

A originalidade da *frontier thesis* é indiscutível, Turner foi um dos primeiros historiadores nos Estados Unidos a partir do próprio país para explicar a sua história, mas não podemos pensá-lo fora do contexto em que vivia. Esse contexto recorrentemente aparece na sua obra, não apenas influenciando a forma como Turner percebia seu país e dando uma direção às suas interpretações históricas, mas também porque o historiador não escreveu uma narrativa restrita ao passado, ele tinha preocupações relacionadas ao presente e futuro, e não se conteve em fazer comentários sobre essas situações em seus artigos. Por esta razão, valorizamos o contexto de finais do século XIX na escrita da monografia.

Percebendo a preocupação que o historiador tinha com o presente e futuro de seu país, buscamos destacar as formas encontradas por Turner para a manutenção da democracia após o fim das terras livres, questão que mais o preocupava, uma vez que na sua tese, a fronteira tem um papel central para a formação do americano e da sua democracia.

Para pensarmos as formas pelas quais Turner pensou que a democracia permaneceria viva, iniciamos tentando definir como “democracia” aparece na *frontier thesis*, já que Turner não a definiu de maneira fechada. A definição foi feita a partir da análise de três dos seus artigos: *The Significance of the Frontier in American History*, *Contributions of the West to American Democracy* e *The Problem of the West*, onde percebemos que a palavra sempre aparece acompanhada de palavras como “oportunidade”, “individualismo”, “igualdade”, tornando possível uma cadeia de equivalência entre as palavras. Através dessa equivalência, concluímos que a ideia de democracia presente na *frontier thesis* está relacionada à igualdade de oportunidades econômicas, mais especificamente no acesso à terra durante o tempo em que ainda havia uma linha de fronteira, e sendo assim, não está relacionada às instituições formais, pelo menos não num primeiro momento, mas acaba chegando a elas através dos presidentes que foram a personificação dos ideais democráticos do Oeste, Thomas Jefferson, Andrew Jackson e Abraham Lincoln.

Em seus artigos, encontramos pelo menos três formas pelas quais os ideais pioneiros continuariam vivos entre os americanos: através da contínua expansão, pelos capitães da indústria que haviam crescido sob esses ideais, e pelas universidades estaduais. Com a análise das fontes primárias, percebemos que essas formas mencionadas por Turner eram mais constatações do próprio historiador ao analisar a situação atual de seu país do que de fato sugestões para essa manutenção. Turner via o futuro da democracia de forma otimista por acreditar que os ideais democráticos americanos eram fortes demais para acabarem após o fim das terras livres, e essas maneiras de fato acabaram sendo apontamentos para o futuro, mas não podem ser vistas como, por exemplo, “sugestões” de ações aos estadistas para que estes mantivessem a democracia viva. Os usos que serão feitos destes apontamentos, inclusive pelos estadistas, não podem ser confundidos com o que de fato Turner escreveu, como é comum vermos em trabalhos onde Turner aparece como defensor do Imperialismo estadunidense, quando, a nosso entendimento, Turner apenas constata que a expansão além-mar continuará por não haver mais uma linha de fronteira.

Portanto, podemos perceber que a obra de Turner está repleta de preocupações com futuro que estão relacionadas com o contexto em que ela foi escrita. Mesmo sendo amplamente reconhecido entre os historiadores que Turner foi um historiador progressista que moldou sua tese de acordo com preocupações do presente, os apontamentos para o futuro da democracia presentes na *frontier thesis* não foram analisados de forma aprofundada nas pesquisas feitas sobre o historiador, tendo sido apenas mencionados em alguns. A ausência de trabalhos sobre o tema dificultou a escrita da monografia, que acabou sendo feita

majoritariamente através da análise das fontes primárias, mas foi justamente este o motivo para a escolha deste tema para a pesquisa. Neste sentido, buscou-se contribuir avançando neste tema até então pouco explorado e deixando um caminho aberto para futuras pesquisas.



## BIBLIOGRAFIA

ALLEGRETTI, Cristina. Os conceitos de Federação e Confederação na Revolução Farroupilha (1835-1845). Monografia de Conclusão de Curso defendida na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

AVILA, Arthur Lima. E da Fronteira veio um Pioneiro: a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006.

AVILA, Arthur Lima. História e Destino: a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner. Rev. Cena Int. 7, 2005.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (Coordinador). Federalismos latino-americanos: México/Brasil/Argentina. México: FCE, 1993, p. 81-132.

CARPENTER, Ronald. The Eloquence of Frederick Jackson Turner. San Marino, The Huntington Library, 1983.

CRONON, William. Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner. In the Western Historical Quarterly, Vol. 18, No.2, 1987.

GELLNER, Ernest. Naciones y nacionalismo. Madrid, Alianza Universidad, 2001.

HAMILTON, Alexander, MADISON, James e JAY, John. O Federalista. Rio de Janeiro, Editora Nacional de Direito, 1959.

HOBSBAWM. Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2008. p.21

HOFSTADTER, Richard. Los historiadores Progresistas. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970.

JENKINS, Philip. Breve historia de Estados Unidos. Madrid, Alianza Editorial, 2010.

JOHANNSEN, Robert. Introduction, in. Manifest Destiny and Empire, American Antebellum expansionism. Org: HAYNES and MAY. Texas, Texas A&M University Press, 2008.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos da América – Formação do Estado Nacional. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/eua-formacao-apresentacao>. Acesso em: 08/05/2016

JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos, das origens ao século XXI. São Paulo, Editora Contexto, 2013.

KNAUSS, Paulo. Oeste Americano – Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói, EdUFF, 2004.

MELANDRI, Pierre. História dos Estados Unidos desde 1865. Lisboa, Editora Edições 70, 2000.

NOBLE, David. *Historians Against History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1965.

SLOTKIN, Richard. *The Fatal Environment: The Myth of the Frontier in the Age of Industrialization 1800-1890*. New York, University of Oklahoma Press, 1985.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: *Revista Anos 90*, n. 15, 2001/2002, Porto Alegre.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da História. Tradução: Arthur Lima de Avila. In: AVILA, Arthur Lima de. *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Trabalho de dissertação de Mestrado, defendido em Porto Alegre, UFRGS, 2006.

TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit.

TURNER, Frederick Jackson. *Contributions of the West to American Democracy*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit.

TURNER, Frederick Jackson. *The Problem of the West*. In: *The Frontier in American History*. New York, Henry Holt and Company, 1921. op. cit.

TURNER, Frederick Jackson. *Pioneer Ideals and the State University*. In: *The Frontier in American History*. New York Henry Holt and Company.

WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston, Northwestern University Press, 2014

WROBEL, David M. *The end of American Exceptionalism – frontier anxiety from the Old West to the New Deal*. Kansas, University Press of Kansas, 1993.